

GESTÃO SUSTENTÁVEL
Tribunal Regional Federal da 6ª Região
Seção Judiciária de Minas Gerais/TRF1

Relatório de Desempenho de Metas

Plano de Logística Sustentável 2022

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO a partir de 19/08/2022

- **Presidente**

Desembargadora Federal MÔNICA SIFUENTES

- **Vice-Presidente e Corregedor Regional**

Desembargador Federal VALLISNEY OLIVEIRA

- **Secretário-Geral da Presidência**

Juiz Federal IVANIR CÉSAR IRENO JÚNIOR

- **Diretor-Geral**

EDMUNDO VERAS DOS SANTOS FILHO

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS – TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO até 18/08/2022

- **Diretor do Foro**

Juíza Federal VÂNILA CARDOSO ANDRÉ DE MORAES

- **Vice-Diretor do Foro**

Juiz Federal JOSÉ CARLOS MACHADO JÚNIOR até 31/05/2022

Juiz Federal CARLOS GERALDO TEIXEIRA de 01/06/2022 até 18/08/2022

- **Diretor da Secretaria Administrativa – SECAD/SJMG**

ORLANDO AMARAL PINTO

Comissão Gestora do PLS – SJMG

Portaria SJMG-Diref n. 684, de 28 de maio de 2021.

- **Juíza Federal**

Carla Dumont Oliveira de Carvalho – Presidente

- **Diretora do Núcleo de Bem Estar Social**

Renata Lúcia Pimenta

- **Diretor do Núcleo de Manutenção, Engenharia e Segurança**

Geraldo Caixeta de Oliveira

- **Supervisora da Seção de Modernização Administrativa**

Jacqueline Braga Pelucci

- **Responsável pelo Escritório de Gestão Socioambiental**

Cíntia Amaral Lima

- **Supervisora da Seção de Compras e Licitação**

Cristiane de Figueiredo Gomes

- **Supervisor da Seção de Administração de Material e Patrimônio**

Renato Melo Mansur

- **Servidor do Serviço de Controle de Material de Consumo**

Eduardo Nasário Carneiro

- **Supervisora da Seção de Contratos**

Luciana Kroehling de Moura

- **Supervisora da Seção de Formação, Capacitação e Aperfeiçoamento de Servidores**

Angélica da Costa Pereira

- **Servidor do NUTEC**

Heli Lopes Rios

- **Supervisora da Seção de Comunicação Social**

Christianne Callado De Souza

Sumário

INTRODUÇÃO	5
PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2022.	7
TEMA 1 – PAPEL.....	21
TEMA 2 – COPOS DESCARTÁVEIS	23
TEMA 3 – ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA.....	25
TEMA 4 – IMPRESSÕES, EQUIPAMENTOS DE IMPRESSÃO E SUPRIMENTOS (TONER)	26
TEMA 5 – ENERGIA ELÉTRICA	31
TEMA 6 – ÁGUA E ESGOTO	33
TEMA 7 – GESTÃO DE RESÍDUOS	35
TEMA 8 – REFORMAS.....	37
TEMA 9 – LIMPEZA	39
TEMA 10 – VIGILÂNCIA.....	41
TEMA 11 – TELEFONIA	42
TEMA 12 – VEÍCULOS.....	44
TEMA 13 – COMBUSTÍVEL.....	46
TEMA 14- APOIO AO SERVIÇO ADMINISTRATIVO- SERVIÇOS GRÁFICOS	49
TEMA 15 - AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES.....	50
TEMA 16 – QUALIDADE DE VIDA	50
TEMA 17 – CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE.....	53
ÍNDICE DE ACOMPANHAMENTO DA SUSTENTABILIDADE NA ADMINSITRAÇÃO – IASA	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57

INTRODUÇÃO

O presente relatório apresenta informações sobre as metas estabelecidas pelo último Plano de Logística Sustentável vigente da Seção Judiciária de Minas Gerais (SJMG), que continuou a ser executado pelo então recém-inaugurado Tribunal Regional Federal da 6ª Região – TRF6, a partir do dia 19 de agosto de 2022, assim como informações sobre o desempenho dos indicadores exigidos pela Resolução 400, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

Deve-se considerar durante a leitura, que os dados de apuração mensal compreendidos no período de janeiro a agosto de 2022, se referem a Seção Judiciária de Minas Gerais/TRF1, ou seja, são dados do Primeiro Grau, ainda vinculados ao Tribunal da 1ª Região. Já os dados mensais, compreendidos entre o período de setembro a dezembro de 2022, se referem a estrutura administrativa compartilhada, criada pelo TRF6, ou seja, os dados abarcam tanto o Primeiro como o Segundo Grau. O TRF6 foi criado de forma que parte da estrutura administrativa é compartilhada com a Seção Judiciária de Minas Gerais, dessa forma, os contratos de telefonia, vigilância, limpeza, e outros, atendem às duas instâncias.

Para apuração dos dados apresentados neste relatório utilizou-se como marco temporal a inauguração do TRF6, em 19/08/2022. Assim, no período de janeiro a agosto de 2022 os elementos são exclusivos da SJMG e no período de setembro a dezembro de 2022 constam as informações da nova estrutura organizacional. No caso dos dados anuais, como houve a impossibilidade de separá-los entre o 1º e o 2º Grau, devido a estrutura e contratos compartilhados pelas duas instâncias, todos os indicadores de 2022 foram lançados no TRF6, ficando a SJMG com os dados zerados.

Cumprе esclarecer que os dados mensais da Seção Judiciária de Minas Gerais a partir da instalação do TRF6 foram lançados como “zero” no sistema PLS-Jud, tendo em vista que os dados passaram a ser incluídos no Sistema PLS-Jud Mensal do TRF6.

Neste relatório serão apresentados os dados consolidados de 1º e 2º grau do ano de 2022.

Boa leitura!

RESULTADO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL



Indicadores	Metas	Resultado
Papel	Manter o consumo do ano de 2020 até 2022.	Meta Alcançada
Copos Descartáveis	Manter o consumo do ano de 2020 até 2022.	Meta Não Alcançada
Água Envasada	Manter o consumo do ano de 2020 até 2022.	Meta Alcançada
Impressões	Manter o consumo de cartuchos de 2020 até 2022.	Meta Alcançada
Telefonia	Manter o gasto de 2020 até 2022	Meta Alcançada
Água e Esgoto	Não ultrapassar o consumo de 28.000 m3 ao ano.	Meta Alcançada
Gestão de Resíduos	Destinar 100% dos resíduos sólidos coletados para o destino adequado.	Meta Alcançada
Energia Elétrica	Não ultrapassar o consumo de 5.000 KW ao ano	Meta Alcançada
Contratos de Vigilância	Não aumentar os gastos com vigilância até 31 de dezembro de 2022, desconsideradas as repactuações. (ano referência 2020).	Meta Alcançada
Contratos de Limpeza	Não aumentar os gastos com limpeza até 31 de dezembro de 2022, desconsideradas as repactuações (ano referência 2019).	Meta Alcançada
Reformas	Não ultrapassar a previsão de gastos para os exercícios 2021/2022 com reformas e mudanças de leiaute.	Meta Não Alcançada
Combustível	Não ultrapassar ao ano a média de quilometragem dos anos de 2019 e 2020 (160.000 km).	Meta Não Alcançada
Veículos	Não ultrapassar ao ano a média de gastos com manutenção dos anos de 2017 a 2019 (R\$ 80.000,00)-	Meta Não Alcançada
Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho	Aumentar a quantidade total de participantes em ações de QVT em 10% ao ano até 31 de dezembro de 2022 (ano referência 2020).	Meta Não Alcançada
Capacitação	Promover ações de capacitação que sensibilizem 30 servidores ao ano até 31 de dezembro de 2022.	Meta Alcançada

SINALIZAÇÃO INDICATIVA DO PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO			
MENOR QUE 70%	DE 70% A 84%	DE 85% A 99%	MAIOR IGUAL A 100%

PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2022.

A Seção Judiciária de Minas Gerais/Tribunal Regional Federal da 6ª Região realizou diversas ações com a temática socioambiental no ano de 2022, reafirmando o compromisso da instituição em aprimorar cada vez mais os princípios e obrigações de responsabilidade social.

Dentre as principais iniciativas podemos citar:

1- Inauguração do TRF6

O Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) foi oficialmente instalado dia 19 de agosto, em Belo Horizonte/MG durante solenidade conduzida pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Conselho da Justiça Federal (CJF), ministro Humberto Martins. O novo Tribunal composto por 18 desembargadores federais é presidido pela desembargadora federal Mônica Sifuentes, oriunda do TRF 1ª Região.





2- Contratações Sustentáveis na SJMG

A contratação pública sustentável deverá considerar, no mínimo, ao lado dos aspectos sociais e da promoção do comércio justo no mercado global, os seguintes aspectos:

- questionamento inicial quanto à necessidade do consumo;
- redução do consumo;
- análise do ciclo de vida do produto (produção, distribuição, uso e disposição) para determinar a vantajosidade econômica da oferta;
- estímulo para que os fornecedores assimilem a necessidade premente de oferecer ao mercado, cada vez mais, obras, produtos e serviços sustentáveis, até que esta nova realidade passe a representar regra geral e não exceção no mercado brasileiro;
- fomento da inovação, tanto na criação de produtos com menor impacto ambiental negativo, quanto no uso racional destes produtos, minimizando a poluição e a pressão sobre os recursos naturais;
- fomento a soluções mais sustentáveis, as quais foquem na função que se almeja com a contratação e que gerem menor custo e redução de resíduos;
- fomento à contratação pública compartilhada entre órgãos, por intenção de registro de preço (contratações compartilhadas sustentáveis).

Em 2022, podemos citar as seguintes contratações sustentáveis na SJMG:

- **Habilitação de cooperativa para efetuar a coleta seletiva na seccional.**

A missão institucional é continuar despertando a consciência ambiental e a mudança de atitude do corpo funcional, guiando as pessoas a mudar seus modos de vidas e práticas de forma a incentivar os ciclos naturais sustentáveis, onde todos os materiais são projetados para permitir sua recuperação e uso pós-consumo.

- **Prestação de Serviços de coleta e tratamento de resíduos de serviços de Saúde.**

O gerenciamento dos resíduos de saúde tem por objetivo minimizar a sua geração e proporcionar um destino seguro, de forma eficiente, visando à proteção dos profissionais que realizam o seu manejo, a preservação da saúde pública, dos recursos naturais e do meio ambiente. Por serem materiais delicados para o descarte, visto que grande parte deles oferece risco elevado para a saúde humana e para o meio ambiente, é tão importante gerenciar corretamente este tipo de resíduo. Cumpre ressaltar que é fundamental estar em conformidade ambiental com as regulamentações propostas pelas esferas municipais, estaduais e federais.

- **Adequação da SSJ Juiz de Fora às normas de acessibilidade.**

A contratação de serviços de adequação do edifício sede da Subseção Judiciária de Juiz de Fora se fez necessária para atender aos normativos de acessibilidade Lei 10.098/2000, Lei 13.146/2015, Decreto n. 6.949/2009, Recomendação CNJ n. 27/2009, dentre outras aplicáveis, de modo que a edificação estivesse acessível a todos com segurança e autonomia.

Esta demanda está alinhada com o Plano Estratégico da Justiça Federal 2021/2026, uma vez que compreende os serviços necessários para atendimento dos macrodesafios nacionais "Fortalecimento da relação institucional da Justiça Federal com a sociedade" e "Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional.

- **Modernização dos elevadores, para execução de serviços de modernização tecnológica.**

Os serviços contratados, utilizaram-se de recursos tecnológicos atuais, a fim de modernizar os elevadores em todos os aspectos possíveis, aumentando os níveis de segurança para os usuários, valorizando o patrimônio, além de aumentar benefícios relacionados à

economia de energia (cerca de 30% a 40%), embelezamento de cabine (visual), conforto para os usuários (partidas, viagens e paradas suaves), baixo nível de ruído na casa de máquina e passadiço (caixa do elevador) e melhor desempenho funcional.

- **Digitalização dos Processos Físicos.**

Em julho de 2020, a Diretoria do Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais criou a Central de Digitalização, para enfrentar a monumental tarefa de transposição dos processos físicos da Seccional mineira para o Sistema de Processo Judicial Eletrônico. Em 2022, os processos continuaram a ser digitalizados, ficando demonstrado que a transformação digital dos processos físicos gera valor, eficiência, produtividade, sustentabilidade e, sobretudo, maior qualidade de vida às pessoas. Até 2022, foram digitalizadas mais de 24 (vinte e quatro) milhões de páginas.

- **Obra de acessibilidade na Casa de Perícias na SJMG, em Belo Horizonte.**

Obra realizada, tendo em vista a necessidade de dotar a Central de Perícias, localizada na Rua Estácio de Sá, nº 30, Bairro Gutierrez, BH, MG, de banheiro para portador de necessidades especiais, garantindo a acessibilidade nos termos dos normativos vigentes, bem como obras de adaptação às normas de acessibilidade da entrada principal.

- **Prestação de serviços de outsourcing (Almoxarifado Virtual).**

O Almoxarifado Virtual Nacional - AVN consiste em iniciativa da Central de Compras do Ministério da Economia para a prestação de serviços de fornecimento de materiais de consumo/expediente por intermédio de plataforma tecnológica, para uso imediato e com entregas em todo território nacional."

"O Almoxarifado Virtual Nacional - AVN torna mais ágil e racional a entrega de materiais de pouco valor agregado como itens de expediente (papel, lápis, canetas e suprimentos comuns de informática), permite uma redução significativa da necessidade de grandes áreas para almoxarifados e estoques, torna mais seguro o controle e ateste dos itens e minimiza o processo de compra anual, ficando a aquisição realizada de maneira fracionada e gradual".

A SJMG aderiu a Ata de Intenção de Registro de Preços e assinou contrato a empresa vencedora, cujo objeto é a prestação de serviços continuados de *outsourcing* para operação

de almoxarifado virtual, sob demanda, visando ao suprimento de materiais de consumo, via sistema web, com prazo de vigência até 31/03/2024.

- **Climatização do Edifício ERA na SJMG.**

Foi contratada empresa especializada para a execução de obra de instalação de sistema de climatização predial do tipo VRF, no Edifício Euclides Reis Aguiar, localizado na Avenida Álvares Cabral, 1.741, Bairro Santo Agostinho, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. O sistema de climatização era do tipo self-contained, além do alto consumo energético, apresentava diversos problemas de manutenção com constante reposição de peças, o que elevava bastante os custos.

- **Aquisição de Purificadores de água para TRF6.**

Considerando que a água envasada é um dos indicadores utilizados para medir o desempenho da Seção Judiciária de Minas Gerais em relação ao macro desafio da promoção da sustentabilidade, demos continuidade ao aperfeiçoamento contínuo da gestão dos gastos e consumos dos órgãos do Poder Judiciário.

O projeto de instalação de purificadores de água nas Subseções Judiciárias consistia na revogação dos contratos anuais de fornecimento de água mineral. Desde 2018 foram revogados 10 contratos de água envasada, restando 04 (quatro) Subseções Judiciárias, quais sejam: Montes Claros, Sete Lagoas, Governador Valadares e Manhuaçu (de forma parcial).

3- Foram adotadas várias medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações:

- Recolocação de placas piso de acessibilidade que soltaram com o uso em alguns pontos do edifício sede da Subseção Judiciária de Juiz de Fora.
- A reconstituição do piso visa proporcionar à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção, a utilização de maneira autônoma e segura do ambiente.
- Obra de acessibilidade na Casa de Perícias na SJMG, em Belo Horizonte.
- Obra realizada, tendo em vista a necessidade de dotar a Central de Perícias, localizada na Rua Estácio de Sá, nº 30, Bairro Gutierrez, BH, MG, de banheiro para portador de

necessidades especiais, garantindo a acessibilidade nos termos dos normativos vigentes, bem como obras de adaptação às normas de acessibilidade da entrada principal.

- Modernização dos elevadores no Edifício Oscar Dias Corrêa.
- Foram efetuadas diversas mudanças, por exemplo: identificação em braile para cada tecla.

4 - Atermação online

No último dia 6 de junho, entrou em funcionamento o novo sistema de Atermação On-line da Justiça Federal de Minas Gerais, abrangendo a sede e as 26 subseções judiciárias.

O sistema traz novas funcionalidades que auxiliam jurisdicionados sem representante legal no ajuizamento de um novo processo na Justiça Federal.

O lançamento do sistema é resultado do Projeto de Inclusão Digital, originado em uma oficina de Design Thinking realizada no iluMinas (laboratório de inovação da seccional mineira) e está ligado também à sustentabilidade, promovendo a adoção de práticas sustentáveis nas iniciativas e nos processos de trabalho.



5 - Aquisição de impressoras térmicas para o Núcleo Judiciário

Foram adquiridas em 2021, impressoras térmicas para a implantação do Projeto denominado "Diligência Sustentável", desenvolvido no Laboratório de Inovações, Pae SEI:

0036412-93.2020.4.01.8008, na sede da SJMG. O projeto foi desenvolvido visando buscar uma solução tecnológica viável para a eliminação/redução da necessidade de impressão de mandados/documentos encaminhados pelas varas federais para o cumprimento pela Central de Mandados. O projeto piloto foi implantado com sucesso, com ampla aceitação pelos Oficiais de Justiça e os jurisdicionados.

Foram adquiridas 100 impressoras térmicas. Dentre os 93 oficiais de justiça, 88 retiraram as impressoras, considerando que 5 prestam somente serviço interno. As impressoras ainda não estão sendo utilizadas, estamos aguardando a liberação do CNJ para iniciar a fase de testes, que provavelmente será em março do corrente ano.

6- Mídia corporativa eletrônica

O projeto iniciado em dezembro 2019, referente ao fornecimento e instalação de mídia corporativa eletrônica para as sedes da JFMG, por meio de tecnologia de Sinalização Digital, em substituição aos murais existentes, entrou em operação em 2021, trazendo atratividade (apelo visual), acessibilidade (exposição da informação), frequência na impactação da informação, dinamismo, além da economia de milhares de papéis que eram utilizados para o mural físico. Durante o ano de 2022 foram divulgados 208 slides de campanhas para a TV corporativa.

Obtivemos um retorno surpreendente do nosso corpo funcional: colaboradores alinhados e engajados com os objetivos estratégicos e a cultura do órgão.

7- Aquisição de purificadores de água para as Subseções Judiciárias.

No decorrer dos anos foram instalados purificadores de água em todas as Subseções em que a qualidade da água permitiu, restando apenas 04 (três) Subseções Judiciárias, quais sejam: Montes Claros, Sete Lagoas, Governador Valadares, São João Del Rei e Manhuaçu (de forma parcial).

Considerando que a água envasada é um dos indicadores utilizados para medir o desempenho da Seção Judiciária de Minas Gerais em relação ao macro desafio da promoção da sustentabilidade, demos continuidade ao aperfeiçoamento contínuo da gestão dos gastos e consumos dos órgãos do Poder Judiciário.

8 – Recolhimento de resíduos recicláveis

Em 16.8.2021 foi assinado o Termo de Compromisso n.0001/21, para execução de coleta seletiva solidária celebrado entre a Justiça Federal de Minas Gerais e a Cooperativa Solidária de Recicladores e Grupos Produtivos do Barreiro e Região Ltda- COOPERSOLI BARREIRO, tendo por objeto a doação do material reciclável recolhido nas dependências da JFMG. O total dos resíduos destinados à Cooperativa em 2022 foi de 7.075,45 Kg, ratificando o compromisso da JFMG/TRF6 na preservação do meio ambiente.

Em 2022 foi arrecadado um volume menor de resíduos do que em 2020, considerando o teletrabalho em virtude do Covid-19. Foi divulgado na página da JFMG, a assinatura de novo convênio, bem como cartilha lembrando como efetuar o descarte corretamente.

Cumpra ressaltar que a reciclagem além de diminuir a quantidade de lixo a ser tratado e eliminado, contribui significativamente para a redução da extração de matérias-primas necessárias à produção de novos bens de consumo, gerando economia de água e energia e reduzindo a disposição inadequada do lixo.

Seguem abaixo as matérias publicadas na SJMG:

Como é feita a Coleta Seletiva da Seção Judiciária de Minas Gerais?

A coleta seletiva na Seção Judiciária de Belo Horizonte é realizada com três tipos de coletores.

Abaixo são identificados os recipientes utilizados:



Os coletores das copas são identificados com a etiqueta "Resíduos não recicláveis".



Intranet - SJMG

O que pode ser reciclado			
PAPEL	PLÁSTICO	VIDRO	METAL
<ul style="list-style-type: none"> Papéis em geral Impressos em geral Folhetos, envelopes, cartolinas Jornais, Revistas Embalagens, Papelão Cartazes 	<ul style="list-style-type: none"> Copos descartáveis de água e café Embalagens de água e refrigerante (pet) 	<ul style="list-style-type: none"> Garrafas, copos, cacos, frascos, recipientes em geral <p><i>Obs: Evite acidentes: Cuidado ao descartar cacos de vidro</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> Latas (de alimento) de alumínio e aço (ex: achocolatado em pó, refrigerante) Panelas, fios, tampas de garrafa, pregos, tubos de cano e demais materiais de construção civil.
o que NÃO pode ser reciclado			
<ul style="list-style-type: none"> Papel carbono, fotografias, papel de fax, papéis sujos, papel toalha, etiquetas adesivas, fitas crepe e adesivas, papéis metalizados e plastificados. 	<ul style="list-style-type: none"> Embalagens com lâminas metalizadas, como balas, bombons e biscoitos, peças de acrílico, chicletes e isopor 	<ul style="list-style-type: none"> Espelhos, cristais, vidros planos, lâmpadas, tubos de tv e vídeo, cerâmica, pirex e porcelana. 	<ul style="list-style-type: none"> Embalagens do tipo marmitex, clips, grampos e esponjas de aço, pilhas e baterias.

9- Projeto Pensando no Amanhã: criando um futuro sustentável.

O objetivo do projeto foi promover o engajamento dos servidores na temática da sustentabilidade, divulgando diversos conteúdos relacionados ao tema, incentivando atitudes sustentáveis para incorporação na rotina diária. Foram abordados diversos tópicos, em alinhamento ao Planejamento Estratégico da JF 2021-2026 e a Resolução n. 400 CNJ.

Em 2020, o conteúdo começou a ser disponibilizado na Internet na aba Institucional/Gestão Socioambiental, bem como no banner da Gestão Ambiental da SJMG.

Tendo em vista a inauguração do TRF6, o conteúdo está em construção e será disponibilizado em breve na Aba Institucional/Sustentabilidade.

O conteúdo visa despertar atenção do corpo funcional, convidando-o a visitar aba da Sustentabilidade na página da SJMG.

Projeto Pensando no amanhã: Criando um futuro sustentável

O projeto "Pensando no amanhã: Criando um futuro sustentável" visa reforçar a prática de ações sustentáveis no dia a dia da Justiça Federal de Minas Gerais, além de proporcionar informações atualizadas sobre o tema, em alinhamento ao Planejamento Estratégico da Justiça Federal 2021-2026 e a Resolução n. 400 CNJ.

Mensalmente, serão divulgados conteúdos relacionados à sustentabilidade, no portal da JFMG: Aba Institucional/Gestão Socioambiental, <https://portal.trf1.jus.br/sjmg/institucional/sustentabilidade/sustentabilidade.htm>.

Serão apresentados dados, links para vídeos, informações e orientações para que possamos pensar sobre o papel de cada um na construção de um futuro sustentável.



GESTÃO SUSTENTÁVEL
Justiça Federal da 1ª Região

Agenda 2030 da ONU

O Projeto inicia trazendo esclarecimentos sobre a Agenda 2030 da ONU, que estabeleceu 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável.

Além disso, a responsável pelo Escritório de Gestão Ambiental da JFMG, Cintia Amaral Lima, convida a todos para assistirem ao vídeo produzido pelo Programa das Nações Unidas, para o Meio Ambiente: "Fazer as pazes com a natureza", <https://www.youtube.com/watch?v=xq5aOgR5WMO>, com duração aproximada de 1 minuto e 40 segundos.



Para Cintia Amaral, o vídeo traz uma importante reflexão para magistrados, servidores e estagiários: "Cuidar do meio ambiente e ser sustentável envolve a realização diária de pequenas ações. Quando praticadas por milhões de pessoas, provocam uma grande mudança na nossa qualidade de vida e na das próximas gerações".

Agenda 2030 da ONU: Você conhece os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?

Em setembro de 2015, líderes mundiais reuniram-se na sede da ONU, em Nova York, e definiram um plano de ação para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade. Trata-se da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que contém o conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A Agenda 2030 e os ODS indicam que para colocar o mundo em um caminho sustentável é imperativo tomar medidas ousadas e transformadoras. Os ODS constituem uma ambiciosa lista de tarefas para todas as pessoas, em todas as partes, a serem cumpridas até 2030.



Assista ao vídeo sobre a Agenda 2030:

<https://www.youtube.com/watch?v=u2K0F6bzZ4&t=2s>



Assista ao vídeo sobre os ODS:

<https://www.youtube.com/watch?v=ZSrhXP4-aec&t=85s>



Fontes: site da ONU e Plataforma Agenda 2030

10- O evento do Dia Mundial do Meio Ambiente 2022

“O Dia Mundial do Meio Ambiente, evento que há 50 anos convoca a humanidade para celebrar a riqueza do planeta e destacar os perigos que ele enfrenta.

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) produziu um guia prático sobre o tema de 2022, que serve como uma bússola para orientar governos, cidades, empresas, grupos comunitários e indivíduos sobre as principais ações ambientais que podem ser implementadas para efetuar mudanças reais.”

11 - JEF Virtual de Medina/MG já está em funcionamento

No dia 8 de junho, a Subseção Judiciária de Teófilo Otoni inaugurou a oitava unidade de JEF Virtual, dessa vez na cidade de Medina, situada a cerca de 200 km da subseção judiciária. A audiência inaugural foi presidida pelo juiz federal Antônio Lúcio Túlio de Oliveira Barbosa e contou com a participação do Coordenador dos Juizados Especiais Federais (JEFs) da 1ª Região, desembargador federal Carlos Augusto Pires Brandão; do Prefeito de Medina, Evaldo Lúcio Peixoto Sena, e da Procuradora do município, Karina Italoema de Azevedo e do advogado da parte autora, José Augusto Gomes Fernandes.

12 - Desfazimento de bens móveis por meio de Edital de Doação.

Tendo em vista a existência de diversos bens móveis inservíveis, danificados e irrecuperáveis, no depósito do TRF6 em Minas Gerais, situado à Rua José Américo de Almeida 88, Bairro Camargos e devido ao estado de conservação, eles foram considerados irrecuperáveis pela Comissão Permanente para desfazimento de bens. A Associação Assistencial Exército de Cristo recebeu o lote de doação.

13 - Feira de Produtos Sustentáveis

No ano de 2022 não tivemos a oportunidade de realizar a Feira de Produtos Sustentáveis, bem como a Campanha para recolhimento de resíduos eletrônicos, haja vista o retorno gradual dos servidores ao trabalho, bem como a continuidade do teletrabalho por muitos servidores.

14 – Redução no número de impressoras

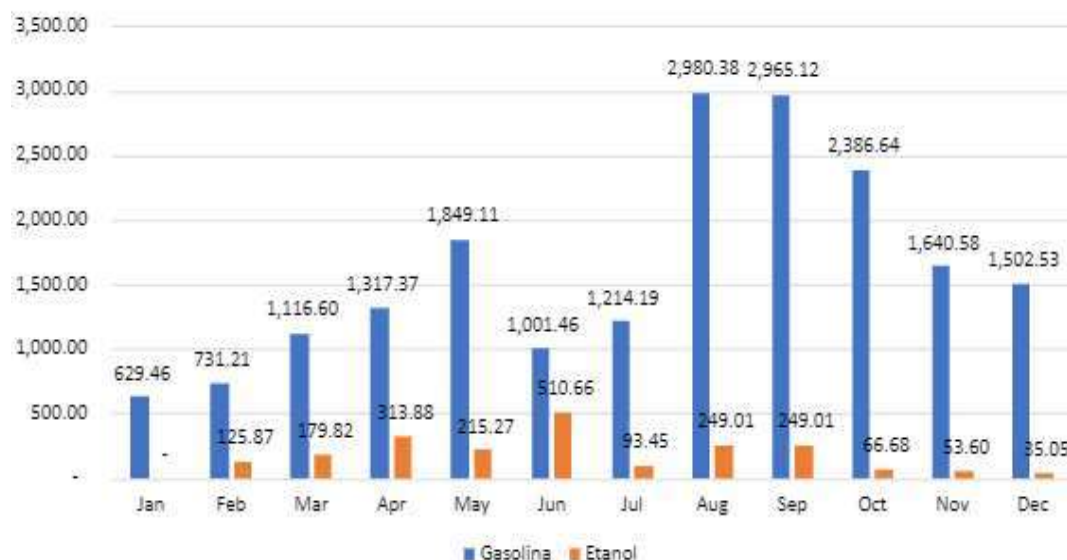
Em 2019 a Justiça Federal desenvolveu estudos para determinar o número máximo de equipamentos de impressão por setor, levando em consideração o estoque disponível de toner, o custo e número de impressões por modelo de impressora, assim como a atividade da unidade. As impressoras acima do quantitativo máximo estipulado foram recolhidas para backup ou destinadas ao desfazimento.

No primeiro semestre de 2020, demos andamento ao projeto, procedendo ao recolhimento das impressoras nas Subseções Judiciárias. Em 2020, tínhamos 667 impressoras nas Subseções Judiciárias, em 2021 tínhamos 632 impressoras, e, em 2022 tínhamos 625 impressoras, ratificando assim, o compromisso da SJMG/TRF6 com a diminuição de gastos e com a sustentabilidade.

15 – Utilização de etanol em detrimento do uso de gasolina

A partir de 1º de março de 2019, foi determinado pela auditoria que os carros produzidos a partir do ano de 2012 serão abastecidos com etanol, sempre que o preço do litro do etanol custar até 70% do litro da gasolina. O gráfico abaixo demonstra o resultado alcançado, ficando claramente demonstrado que em 2022 foi utilizado prioritariamente a gasolina e não o álcool.

Relação de Consumo Etanol e Gasolina 2022



Possuímos uma frota de veículos com muitos carros já com elevado ano de fabricação, que comprovadamente não conseguem manter bom rendimento no combustível etanol (álcool), devido principalmente a possuírem fatores tecnológicos já ultrapassados. Também apresentamos outros fatores constatados, como maior desgaste de peças proveniente da utilização do combustível etanol.

Sendo assim, ficou definido que veículos com ano de fabricação inferior a 2012 deveriam manter o abastecimento na gasolina e veículos mais novos, com ano de fabricação a partir de 2012, deveriam privilegiar o abastecimento no etanol sempre que a relação gasolina x etanol estivesse dentro do patamar considerado recomendável, ou seja, o litro de etanol custando no máximo 70% do litro de gasolina. Este modelo adotado será objeto de análise futura para verificação de possíveis ajustes e melhorias.

16 - Projeto de conservação documental do TRF6 garante acesso às futuras gerações

O CMJF (Centro de Memória da Justiça Federal em Minas Gerais Renato Martins Prates) iniciou, em outubro de 2022, um projeto-piloto de conservação de documentos antigos em parceria com professores da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) e com a FRMFA (Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade).

Com uma duração de seis meses, a primeira etapa compreenderá a higienização de processos judiciais da primeira fase da Justiça Federal no estado, autuados entre 1890 e 1937. O projeto iniciará a conservação em um acervo com mais de três mil processos, entregando

no final documentos totalmente higienizados, catalogados e corretamente acondicionados. A iniciativa prevê ainda a confecção de um manual com procedimentos de higienização, acondicionamento, e descrição documental.

A elaboração de um projeto de conservação, associado às medidas de sustentabilidade, preservam o meio ambiente e colaboram com o desenvolvimento social, cultural e econômico



As demais ações realizadas pela Seção Judiciária de Minas Gerais/Tribunal Regional Federal da 6 Região, a consolidação dos resultados alcançados e a análise dos indicadores previstos na Resolução 400/2021 do Conselho Nacional de Justiça serão descritas nas próximas páginas, demonstrando a evolução do desempenho dos indicadores e oferecendo um panorama do Plano de Logística Sustentável do TRF6.

TEMA 1 – PAPEL

META 1 – Manter o consumo do ano de 2020 até 2022.

Ações propostas:

01. Projeto Almoxarifado Virtual

Ação em andamento. Considerando que as aquisições de material de consumo eram feitas com muita antecedência e em grandes quantidades, devido à sistemática de liberação de recursos pelo Tribunal (aquisição de estoque para 12, 18 meses), gerando estoques elevados e sobra de material por alteração de rotinas de trabalho, surgiu o Projeto do Almoxarifado Virtual, tornando mais ágil e racional a entrega de materiais de pouco valor agregado como itens de expediente (papel, lápis, canetas e suprimentos comuns de informática), permitindo uma redução significativa da necessidade de grandes áreas para Almoxarifados e estoques, tornando mais seguro o controle e ateste dos itens e minimizando o processo de compra anual, ficando a aquisição realizada de maneira fracionada e gradual.

Foi assinado o Contrato nº 037/2021, com a empresa Autopel Automação Comercial e Informática Ltda, de prestação de serviços de outsourcing (almoxarifado virtual), cuja vigência iniciou-se em 01/10/2021, com encerramento em 31/03/2024.

02. Projeto Estudo de viabilidade para contratação de outsourcing de impressão -

Não haverá custos, tendo em vista parceria para fornecimento do software de monitoramento por alguns meses sem gasto.

Ação não realizada. Devido a pandemia, o consumo de papel que seria aferido não seria o gasto real, dessa forma, aguarda-se uma definição da situação para iniciar os estudos.

03. Informar dados de consumo às unidades

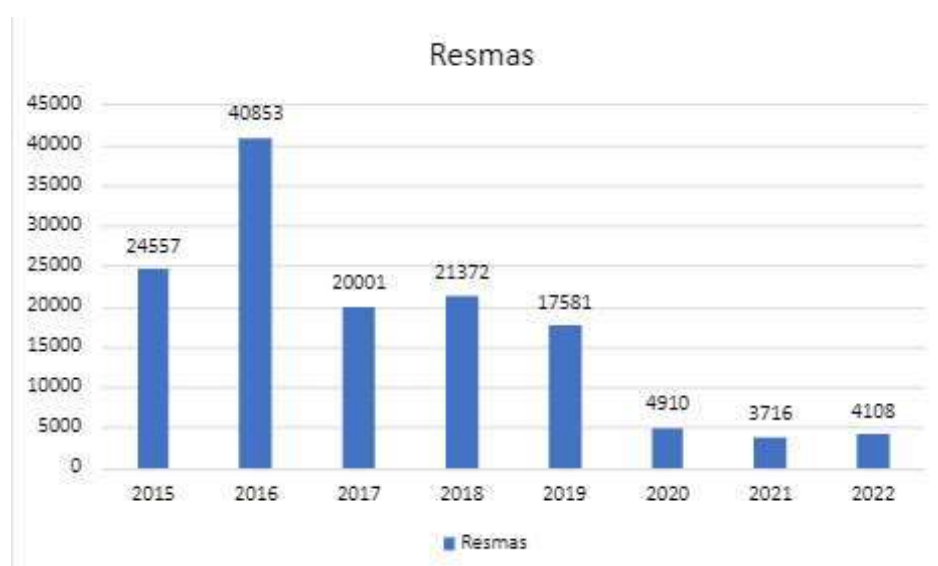
Ação realizada. Foi realizado acompanhamento mensal dos dados de consumo, e, sempre que ocorria uma mudança brusca de valores, a unidade era contactada para que pudessemos averiguar o motivo e verificar alternativas para retorno ao consumo habitual. Será

enviado um e-mail ou através de um processo SEI, até abril de 2023, informando os quantitativos às unidades.

04. Campanhas de conscientização sobre o uso racional de papel.

Ação realizada. Foi realizado um acompanhamento mensal do gasto de papel em toda a Seção Judiciária de Minas Gerais/Tribunal Regional Federal da 6 Região. Em 2022 gastamos 802 resmas a menos, em relação a 2020. Em relação a 2021, gastamos 392 resmas a mais, considerando o retorno gradual dos servidores ao trabalho.

Gráficos Consumo de papel JFMG 2022:



Análise dos resultados de 2022:

Meta 1 – Alcançada

A meta de manter o consumo de 2020 em 2022 foi alcançada com sucesso, tendo ocorrido uma diminuição de 802 resmas em relação a 2020. Destacamos ainda, que no ano de 2021, tendo em vista a manutenção do período de pandemia, grande parte da força de trabalho foi realizada através do home office, além do projeto de digitalização de processos,

o que gerou reflexos sem precedentes na diminuição do consumo de papel. Em 2022, uma parte da força de trabalho retomou às atividades presenciais, o que explica o pequeno aumento de 2022 em comparação a 2021.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

- Divulgar as lotações mais sustentáveis. A apresentação periódica dos dados será revista e aperfeiçoada em 2023, aumentando a periodicidade e o número de gestores a quem são entregues.
- Estabelecer um índice de consumo, usando como variáveis o número de processos em curso e a competência da vara, pesquisando-se as demandas das mesmas.
- Buscar boas práticas de órgãos que apresentaram resultados positivos, principalmente com os que fazem parte da Rede Sustenta Minas.

TEMA 2 – COPOS DESCARTÁVEIS

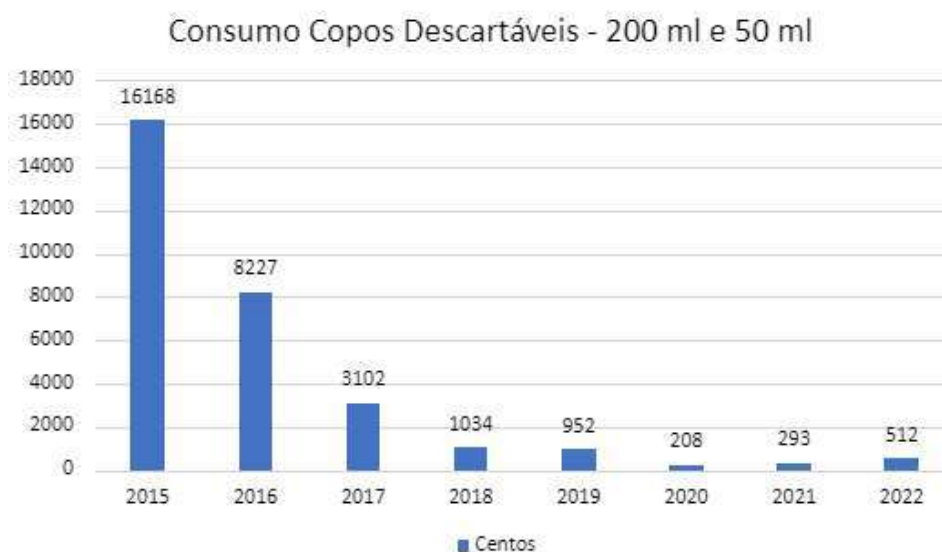
META 2 – Manter o consumo do ano de 2020 até 2022.

Ações propostas:

01. Manter a distribuição de copos descartáveis somente para eventos e público externo.

Concluído. Ação realizada e contínua. Foi realizado um monitoramento mensal desse indicador, e sempre que ocorria um aumento no consumo, a unidades era indagada sobre o porquê do aumento.

Gráficos Consumo de Copos Descartáveis JFMG 2022:



Análise dos resultados de 2022:

Meta 2 – Não Alcançada

A meta era manter o consumo de 2020 em 2022, porém não foi alcançada, tendo ocorrido um aumento de 301 centos de copos, tendo em vista as perícias médicas e mutirões nas Subseções Judiciárias. Dentre as Subseções com maior consumo de copos, podemos citar: São João Del Rei, Lavras e Teófilo Otoni. A justificativa foi o número expressivo de perícias e mutirões.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

- Eliminação do uso de copos plásticos descartáveis na JFMG, verificando-se a possibilidade de aquisição de copos descartáveis de papel ou copos plásticos descartáveis biodegradáveis, que seriam fornecidos somente para público externo e eventos, como é feito atualmente no TRF6. Não foi verificada essa possibilidade ainda, visto termos estoque de copos descartáveis até 2023.

TEMA 3 – ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA

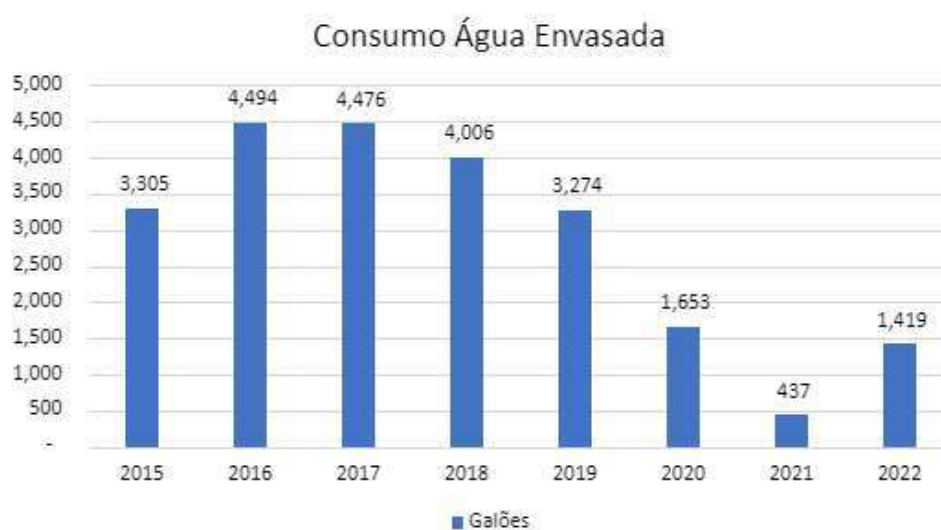
META 3 – Manter o consumo do ano de 2020 até 2022.

Ações propostas:

01. Avaliar a possibilidade de substituição da água mineral envasada por purificadores de água.

Ação realizada. No decorrer dos anos foram instalados purificadores de água em todas as Subseções em que a qualidade da água permitiu, restando apenas 04 (três) Subseções Judiciárias, quais sejam: Montes Claros, Sete Lagoas, Governador Valadares, São João Del Rei e Manhuaçu (de forma parcial).

Gráficos Água em Embalagem Retornável JFMG 2022:



Análise dos resultados de 2022:

Meta 3 – Alcançada

A meta era manter o consumo de 2020 até 2022. Foi alcançada com sucesso, tendo ocorrido uma diminuição de 234 galões. Ressalte-se que 2021 foi um ano atípico, tendo em vista a pandemia do Covid-19 e consequente teletrabalho pelos servidores.

Com o decorrer dos anos, foram instalados purificadores de água em todas as Subseções em que a qualidade da água permitiu, tendo sido os contratos encerrados. Restaram 04 (quatro) Subseções Judiciárias, quais sejam: Montes Claros, Sete Lagoas, Governador Valadares e Manhuaçu (de forma parcial). Em 2022 uma parte da força de trabalho retornou às atividades presenciais, tendo ocorrido um aumento em relação a 2021.

No TRF6 e Subseções Judiciárias, a água envasada em galões retornáveis só é distribuída para cidades no interior do Estado em que o saneamento básico não ofereça segurança da sua qualidade. Não há aquisição de água mineral em embalagens descartáveis (garrafinhas ou copos).

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

- Dar continuidade a substituição da água envasada por sistema de purificação nas Subseções em que a qualidade da água permitir a troca futuramente.

TEMA 4 – IMPRESSÕES, EQUIPAMENTOS DE IMPRESSÃO E SUPRIMENTOS (TONER)

META 4 – Manter o consumo de cartuchos do ano de 2020 até 2022.

Ações propostas:

01. Digitalização de Processos.

Ação realizada. Em julho de 2020, a Diretoria do Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais criou a Central de Digitalização, para enfrentar a monumental tarefa de transposição dos processos físicos da Seccional mineira para o Sistema de Processo Judicial Eletrônico. Até 31.12.2020 foram digitalizados na capital cerca de 30% do acervo. Até 31.12.2021 foram digitalizados na capital cerca de 80% do acervo. Em 2022 foram digitalizadas 24.137 páginas, o que corresponde a 120.986 volumes de processos, faltando ainda uma pequena quantidade a ser digitalizada na capital. Quanto ao interior, a digitalização ainda está em andamento.

Cumpra-se dizer que em 2022, houve redução do quadro de digitalizadores, e, basicamente só foi prestado auxílio às Subseções Judiciárias.

02- Envidar esforços para ampliação/manutenção do regime de trabalho remoto.

Ação realizada. Tendo em vista a instalação do TRF6 em agosto de 2022, foi publicada em fevereiro de 2023, a Resolução Presi 4/2023, que institui o Modelo de Gestão do Trabalho (presencial e remoto) no âmbito do Tribunal Regional Federal e das seções e subseções judiciárias da 6ª Região.

03. Compras compartilhadas.

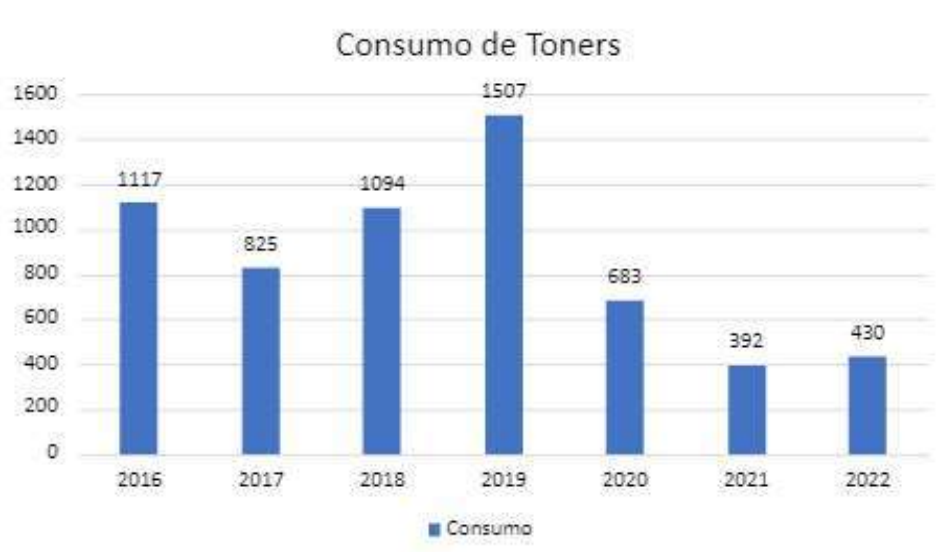
Ação realizada. Foram realizadas coparticipações com o TRF1, ou seja, o TRF1 era o órgão licitante e a SJMG aderiu como órgão participante, por exemplo, PA SEI 0001221-02.2022.4.06.8000, PA SEI 0005220-74.2022.4.01.8008

04. Estudo de viabilidade para contratação de outsourcing de impressão, (Prazo Dez 2022)

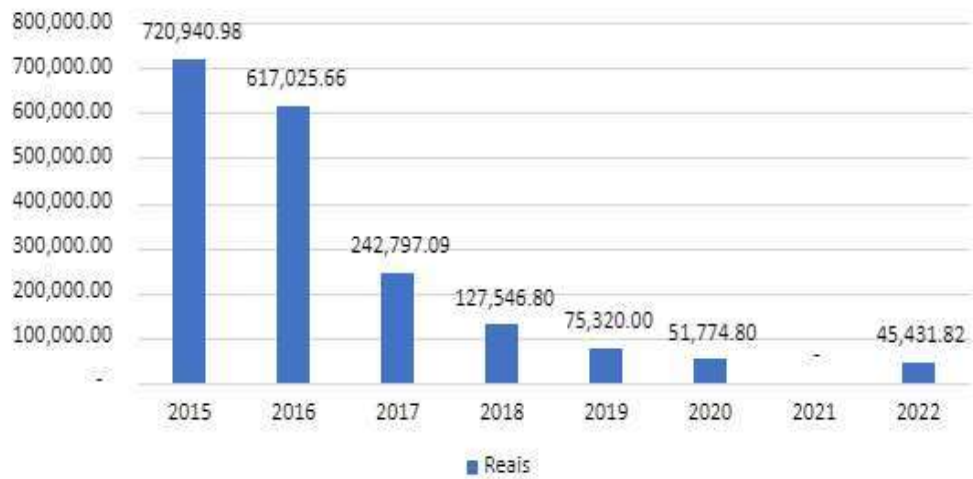
Não haverá custos, tendo em vista parceria para fornecimento do software de monitoramento por alguns meses sem custo.

Ação não realizada, considerando novas demandas que ocorreram em virtude da criação do TRF6.

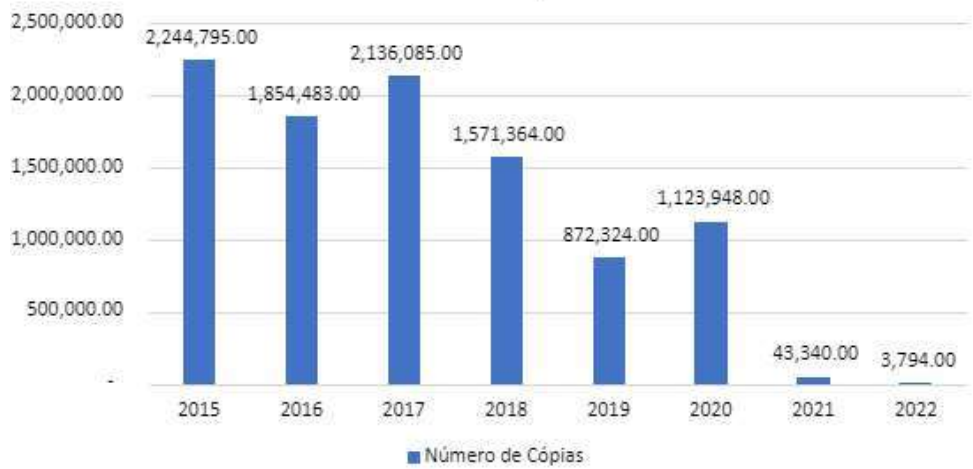
Gráficos: Impressões, Equipamentos de Impressão e Suprimentos (Toner) JFMG 2022



Gastos com Suprimentos de Impressão



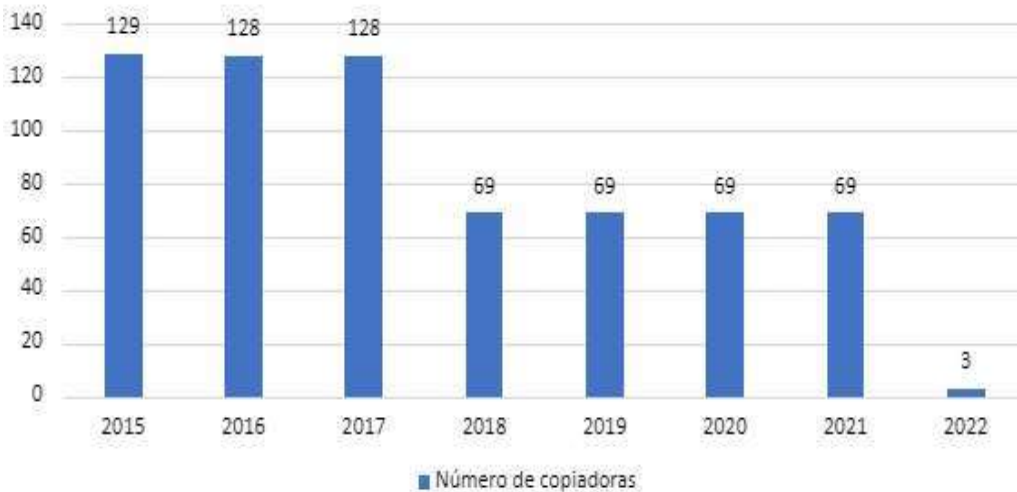
Total de Cópias



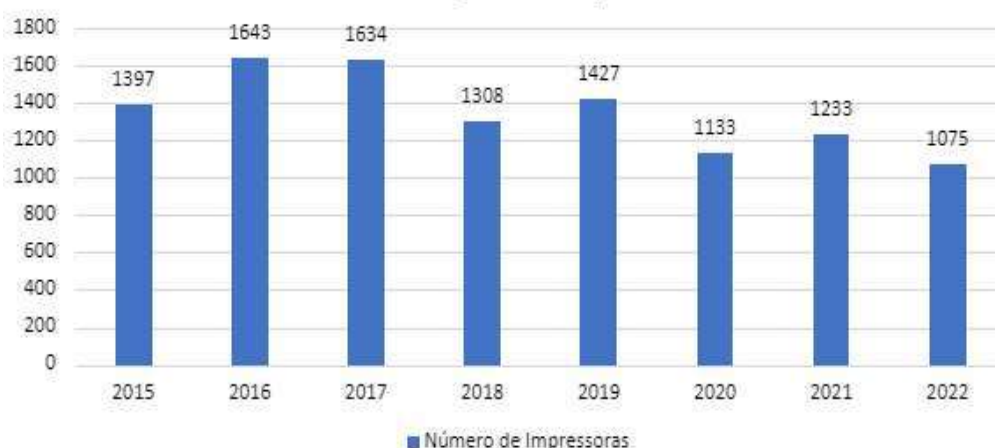
Gastos com Contratos de Terceirização de Impressão- Cópias



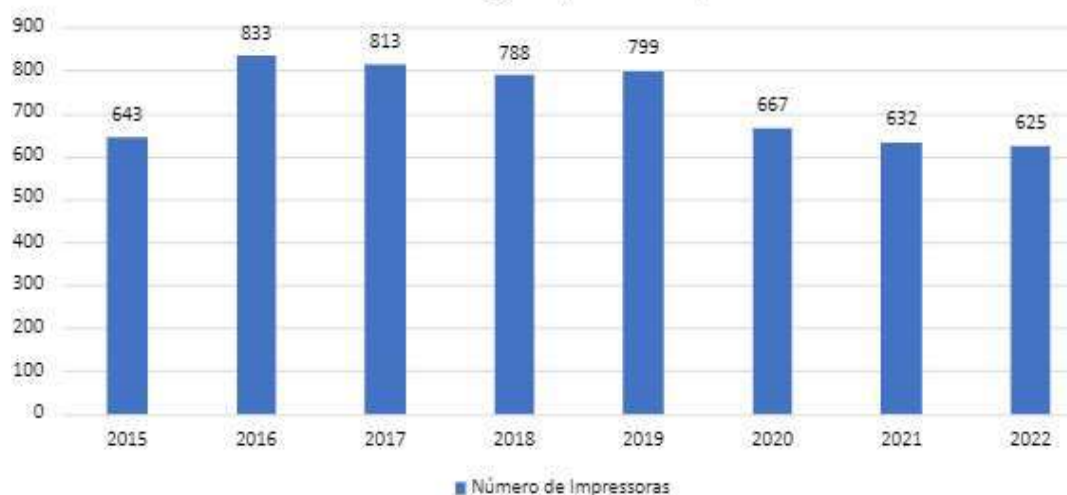
Quantidade de Equipamentos de Impressão - Copiadoras



Quantidade de Equipamentos de Impressão Impressoras (TRF6+SSJ)



Quantidade de Equipamentos de Impressão- Impressoras- Subseções (Exceto BH)



Análise dos resultados de 2022:

Meta 4 – Alcançada

A meta era manter o consumo de 2020 até 2022. Foi alcançada com sucesso, tendo ocorrido uma diminuição no consumo de 2022, em relação à 2020. Em 2020 foram utilizados 667 toners e em 2022 foram utilizados 430 toners, ou seja, uma economia de 237 unidades.

A JFMG adquire toner similar, pois as impressoras não estão mais no prazo de garantia, conforme determinação do TCU que "Admite como legal cláusula editalícia que exija que suprimentos e/ou peças de reposição de equipamentos de informática sejam da mesma marca dos equipamentos originais, quando esses se encontrarem no prazo de garantia e os termos da garantia expressamente consignarem que ela não cobrirá defeitos ocasionados pela utilização de suprimentos e/ou peças de outras marcas".

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

- Avaliar a viabilidade de aquisição de software para mensurar o quantitativo de impressões ou implantação de outsourcing de impressão.

TEMA 5 – ENERGIA ELÉTRICA

META 5 – Não ultrapassar o consumo de 5.000 Kw ao ano.

Ações propostas:

01. Modernização dos Elevadores.

Ação realizada. Foram executados os serviços visando reformar e modernizar os elevadores, em todos os aspectos possíveis: aumentando o nível de segurança para os usuários; valorizando o patrimônio; aumentando os benefícios relacionados à economia de energia; embelezamento da cabine; conforto para os usuários (partidas, viagens e paradas suaves); baixo nível de ruído na casa de máquina e passadiço (caixa do elevador) e melhor desempenho funcional. Além disso, os elevadores contam com identificação em braile para cada tecla. PA SEI n.0011503-50.2021.4.01.8008. No ano de 2021, foram modernizados 4 elevadores no ODC. No ERA foram modernizados 02 elevadores em 2022, estando concluída integralmente.

02. Avaliar a viabilidade de compra de energia renovável no mercado livre (Prazo: Dez/2021)

Ação não realizada. Não foi possível dar continuidade aos estudos relacionados à compra de energia renovável. A CEMIG poderá vender essa energia, mas como há concorrência no mercado, se o TRF6 optar por comprar, talvez seja necessário licitar.

03. Implantação de energia solar em Uberlândia. (Prazo 2021).

Ação estava em andamento e paralisou, considerando as restrições orçamentárias, em virtude da instalação do TRF6.

A execução do projeto estava prevista para 2022, no entanto não foi priorizado no Plano de Obras de 2023, por falta de recursos orçamentários. Cumpre dizer que contratações de geração de energia fotovoltaica tem se mostrado bons investimento para o setor público no longo prazo.

04. Revisar os quadros elétricos do ODC, para que a iluminação possa ser individualizada (Prazo: 2021)

Ação parcialmente finalizada, ficando pendente a individualização dos comandos de iluminação do ODC.

Estávamos em fase de levantamento para orçamento, mas devido às mudanças de layout que ocorreram no Ed. ODC, para a implantação do TRF6, será necessário aguardar para alterar os comandos de iluminação e fazer a sua individualização.

05. Impedir a “fuga” de energia elétrica (Prazo: dez.2021):

a) Barramento blindado no Ed. ODC

Ação não realizada.

b) Fornecimento e instalação do grupo gerador e nobreak do Ed. Era para atender ao plenário.

Ação em andamento.

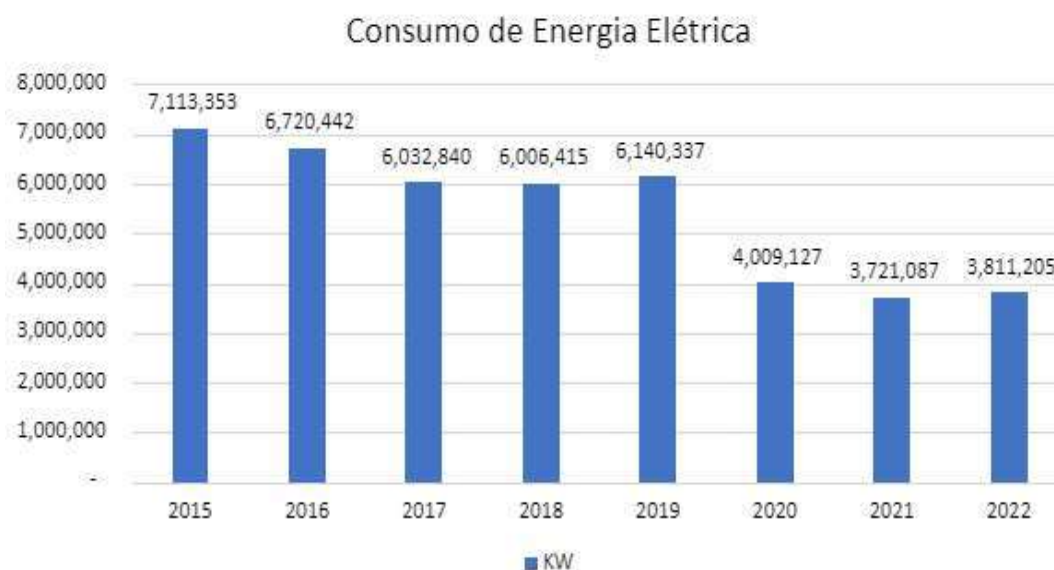
c) Ramal de abastecimento de combustível diesel para GMG e compatibilização dos atuais equipamentos existentes de suporte de energia alternativa dos edifícios sede em Belo Horizonte.

Ação não realizada, tendo em vista as restrições orçamentárias para instalação e reforma para adequação do layout do TRF6.

06. Estudo teletrabalho x custos.

Ação não realizada e arquivada. Com a publicação da Resolução Presi 4/2023, referente ao teletrabalho, o assunto foi arquivado.

Gráficos Energia elétrica JFMG 2022



Análise dos resultados de 2022:

Meta 5 – Alcançada

A meta de não ultrapassar o consumo de 5.000 Kw ao ano foi alcançada, tendo ocorrido um pequeno aumento no consumo de 2022, em relação a 2021, considerando o retorno ao trabalho presencial.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

- Aquisição de energia por meio de fazendas solares.

TEMA 6 – ÁGUA E ESGOTO

META 6 – Não ultrapassar o consumo de 28.000 m3.

Ações propostas:

01. Instalação de descargas econômicas no AFP.

Ação realizada. Foram instalados os comandos para controle de vazão de água das descargas, mas não atenderam devido ao tipo das descargas instaladas no Ed. AFP. Será objeto de análise.

02. Ampliação da instalação de torneiras com redutores de pressão.

Ação realizada. Há alguns anos, as torneiras com redutores de pressão foram instaladas nas

03. Avaliar a possibilidade de implantação de lavagem a seco dos veículos da SJMG em BH.

Ação não realizada, devido a restrições orçamentárias. Em 2023 será incluído no Termo de Referência que está em confecção.

04. Hidrômetros digitais

Ação não realizada. Em 2023 será analisada a viabilidade de implantação de hidrômetros digitais em BH. Os aparelhos identificam em tempo real, por meio de gráficos online, se os consumos estão em desacordo com o habitual.

Gráficos água e esgoto JFMG 2022:



Análise dos resultados de 2022:

Meta 6- Alcançada

A meta de não alcançar o volume anual de 28.000 m³ foi atingida, tendo ocorrido uma pequena diminuição em relação a 2021.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

- Fixar meta de redução de consumo de água nas Subseções Judiciárias, sugerindo ações a serem implementadas.

TEMA 7 – GESTÃO DE RESÍDUOS

META 7 – Destinar 100% dos resíduos sólidos coletados para o destino adequado.

Ações propostas:

01. Estimular coleta seletiva nas Subseções

Ação realizada. Foi encaminhado às Subseções um e-mail contendo todas as orientações para a implantação da coleta seletiva, tais como modelo de edital de habilitação e termo de compromisso. Além disso, foi enviada lista elaborada pelo Centro Mineiro de Resíduos Sólidos – CMRR com pelo menos o contato de uma cooperativa em cada cidade em que há Justiça Federal em Minas Gerais. Em 2023 será sugerido o encaminhamento de ofício aos Magistrados das Subseções informando a necessidade de realizar a coleta seletiva e, sendo possível, estabelecer um prazo para implantação. Além disso, foi divulgado na Intranet notícia sobre a Coleta Seletiva (assinatura de contrato com Cooperativa em Belo Horizonte, bem como orientações sobre descarte correto), de forma a incentivar o recolhimento.

02. Campanha para recolhimento de eletrônicos. (Prazo dezembro 2022)

Ação não realizada. Considerando o número reduzido de servidores/juízes/estagiários em trabalho presencial, o que dificulta uma campanha bem-sucedida. Em 2023, com o retorno de grande parte do corpo funcional ao trabalho presencial será avaliada novamente.

03. Campanha para recolhimento de medicamentos vencidos. (Prazo dezembro 2022)

Ação não realizada. Considerando o número reduzido de servidores/juízes/estagiários em trabalho presencial, o que dificulta uma campanha bem-sucedida. Em 2023, com o retorno de grande parte do corpo funcional ao trabalho presencial será avaliada novamente.

Gráficos Gestão de Resíduos JFMG 2022:



Análise dos resultados 2022:

Meta 7 – Alcançada

A meta de destinar 100% dos resíduos sólidos coletados para o destino adequado foi alcançada. No entanto, o volume dos resíduos coletados em 2022, foi um dos menores nos últimos 5 anos, considerando as restrições impostas pela COVID-19. A Coleta Seletiva ficou

suspensa por diversos meses, pois os riscos de contaminação dos coletores foram considerados iminentes, bem como o trânsito de servidores ficou restrito nos prédios da JFMG. Com o retorno gradual dos servidores ao trabalho presencial, será feita campanha para que em 2023 a coleta seja significativa.

No futuro, espera-se que a quantidade de lixo produzido caia, devido a recomendações de não geração e de reaproveitamento. No entanto, ainda há espaço para que o volume destinado aumente, pois há unidades em BH que ainda não aderiram aos coletores, e Subseções que não possuem cooperativa habilitada para recolhimento de recicláveis.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

- Realizar novos treinamentos/divulgação de conteúdo visando à manutenção e aprimoramento da coleta.
- Estimular coleta seletiva no Tribunal e nas Subseções.
- Divulgação de material sobre o descarte.

TEMA 8 – REFORMAS

META 8 – Não ultrapassar a previsão de gastos para os exercícios 2021/2022 com reformas e mudanças de leiaute.

Ações propostas:

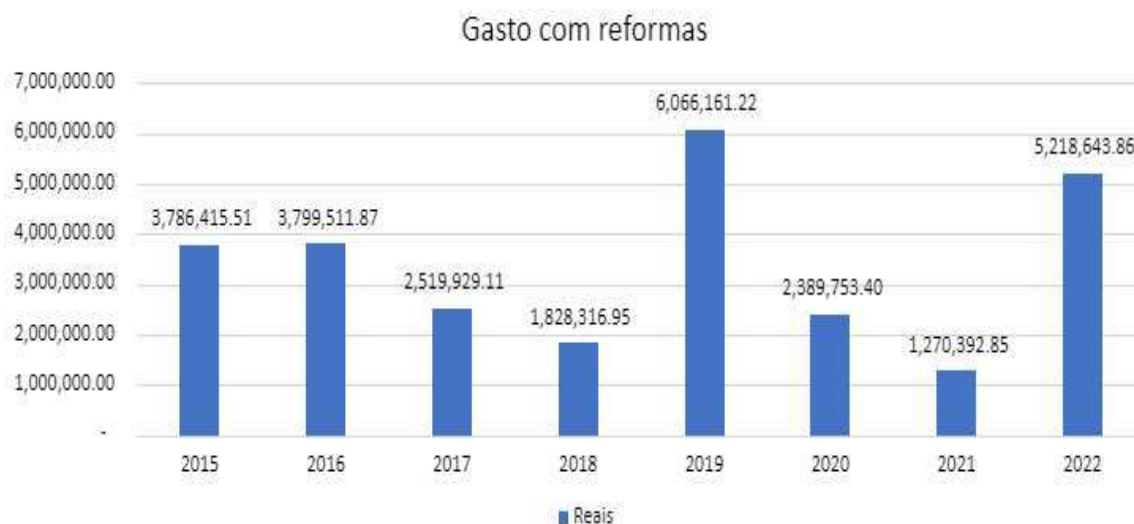
01. Otimizar custos para novos leiautes (Prazo dez/2021).

Ação não realizada. Considerando a implantação do TRF6 em agosto de 2022, as reformas e mudanças de layout começaram a ser feitas há mais de um ano.

02. Editar normativo referente alteração de leiaute (Prazo: 2021).

Ação não realizada. Será feito em 2023. Considerando que a equipe está priorizando as reformas e mudanças de layout há mais de ano, esse planejamento não foi priorizado.

Gráfico Reformas JFMG 2022:



Análise do indicador:

Meta 8 – Não alcançada

Os critérios socioambientais são observados nas contratações de obras e reformas, tais como: Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05.07.2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19.01.2010.

Houve um aumento em 2022, considerando reformas e mudanças de layout para a implantação do TRF6.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

- Manutenção da inclusão de critérios de sustentabilidade nas obras e reformas.

TEMA 9 – LIMPEZA

META 9 - Não aumentar os gastos com limpeza até 31 de dezembro de 2022, desconsideradas as repactuações (ano referência 2019).

Ações propostas:

01. Contratação de limpeza unificada para o Estado (Prazo 2022)

Ação não realizada. Será analisada em 2023.

02. Campanha para uso consciente dos itens fornecidos pela Contratada. Prazo 2022)

Ação realizada. Realização de capacitação, por parte das empresas contratadas, conforme previsto em contrato, para melhor aproveitamento dos insumos de limpeza pela equipe de terceirizados, tanto para a capital quanto para o interior

03. Capacitação para os terceirizados para melhor aproveitamento dos insumos de limpeza. Prazo 2022)

Ação realizada. Realização de capacitação, por parte das empresas contratadas, conforme previsto em contrato, para melhor aproveitamento dos insumos de limpeza pela equipe de terceirizados, tanto para a capital quanto para o interior

04. Estudo para verificação das caixas coletoras de coleta seletiva em BH. (Prazo: 2º semestre/2020)

Ação não realizada. Em 2023 será verificado se todas as instalações físicas do TRF6 possuem recipientes de coleta seletiva.

Gráficos Contratos de limpeza JFMG 2022



Elementos de despesa: 339037-02 - Conservação e Limpeza e 339037-05 -
Copeiragem

Análise dos resultados de 2022:

Meta 09 – Alcançada

A meta de não aumentar os gastos com limpeza até 31 de dezembro de 2022, desconsideradas as repactuações (ano referência 2019), foi alcançada. Devido à pandemia do Covid-19 e o desenvolvimento do teletrabalho pelos servidores, bem como os cortes contratuais, houve uma diminuição bem grande em 2020 e 2021, em relação aos anos anteriores.

De 2015 a 2019 percebe-se que o aumento verificado entre os anos se deve às repactuações, ou novas licitações que geraram novos contratos, às vezes com custo maior que o anterior. As repactuações foram realizadas observando-se o IPCA – Índice de Preços ao

Consumidor. O mesmo índice é empregado para atualização dos custos com produtos de limpeza.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente

- Avaliar consumo ideal de insumos para limpeza.

TEMA 10 – VIGILÂNCIA

META 10 - Não aumentar os gastos com vigilância até 31 de dezembro de 2022, desconsideradas as repactuações (ano referência 2020).

Ações propostas:

01. Contratação de vigilância unificada para o Estado. (Prazo: Dez/2022)

Ação realizada. A contratação unificada está vigente desde novembro de 2021, conforme PA SEI n. 0026574-29.2020.4.01.8008.

Gráficos Contratos de Vigilância JFMG 2022



Análise dos resultados de 2022:

Meta 10 – Alcançada

A meta de não aumentar os gastos com vigilância até 31 de dezembro de 2022, desconsideradas as repactuações (ano referência 2020), foi alcançada. Ocorreu um pequeno aumento, considerando reajustes.

Houve corte contratual em 2022, devido às restrições orçamentárias previstas para o referido ano, e um posto de vigilância foi eliminado.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

- Reavaliação do contrato devido à instalação do sistema de vigilância eletrônico - CFTV.

TEMA 11 – TELEFONIA

META 11 – Manter o consumo do ano de 2020 até 2022.

Ações propostas:

01. Realização de licitação para novo contrato de telefonia móvel.

Ação realizada. Foi assinado em janeiro de 2022 um novo contrato com a Claro, com custo fixo de R\$ 10 reais por linha, com ligações e serviços ilimitados. Atualmente possuímos 75 linhas móveis. Esse novo contrato possibilitou uma economia anual de R\$ 15.217,44.

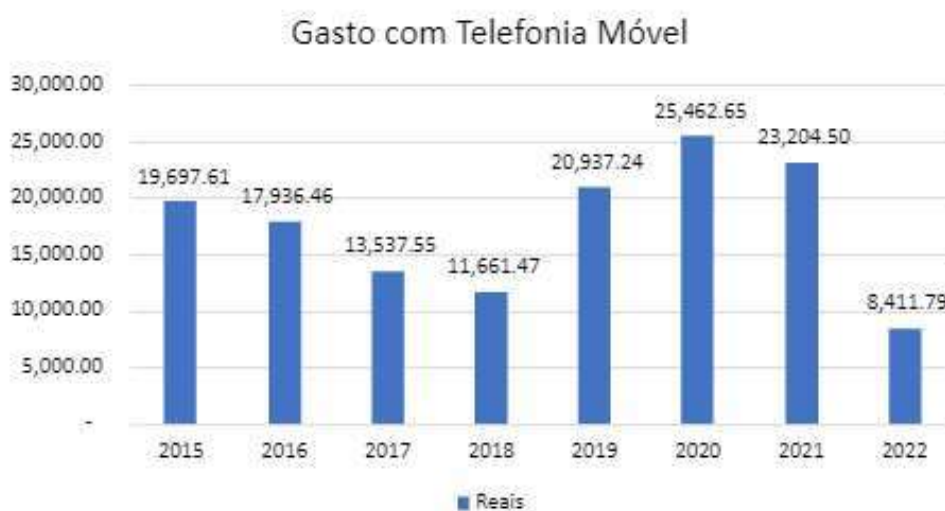
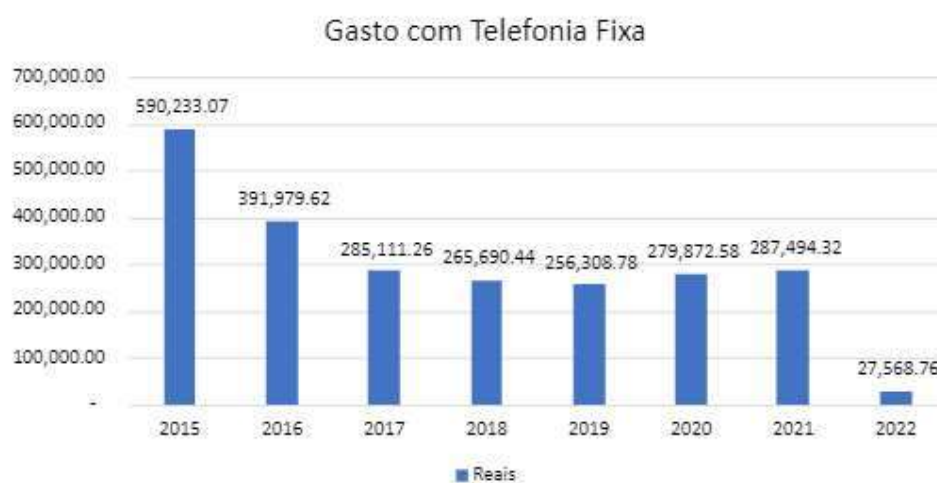
02. Novas aquisições de aparelhos de telefone compatíveis com VoIP. (Prazo: Dez/2022).

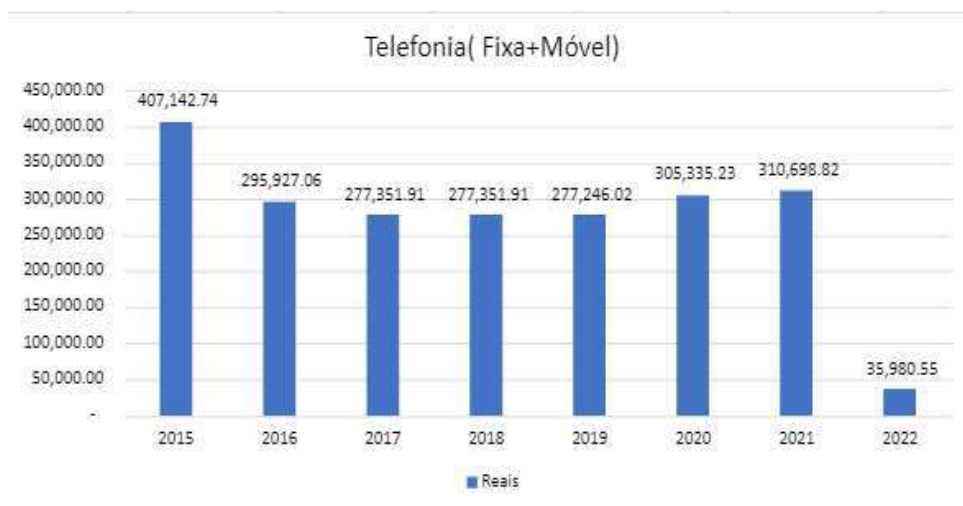
Ação não realizada. Em 2021, foram adquiridos 300 novos aparelhos VOIP/NEC, que permitiram acomodação do novo leiaute do TRF6, proporcionando a migração da tecnologia analógica para tecnologia VoIP/NEC nos prédios sede da SSJBH em Belo Horizonte. Ainda não foi possível adquirir novos telefones compatíveis com VoIP para as Subseções Judiciárias, tendo em vista as restrições orçamentárias.

03. Realizar ligações por celular utilizando a tecnologia VoIP

Ação não realizada. Consiste na implantação de software do tipo "softphone", para que as ligações feitas pelos celulares usem a rede VoIP da Justiça, reduzindo o custo da telefonia móvel. O serviço depende de um contrato de manutenção com a fabricante das centrais, que está vencido. A nova contratação está em andamento com a equipe da SEADI.

Gráficos Telefonia Fixa e Móvel JFMG 2022:





Análise dos resultados de 2022:

Meta 11 – Alcançada

A meta era manter o gasto de 2020 até 2022. Foi alcançada com sucesso, ocorrendo uma significativa redução de 88,32%. A diminuição justifica-se pela migração da tecnologia analógica pela VoIP em 2021, cujos reflexos foram percebidos em 2022, bem como novo contrato na telefonia móvel, com preços bem menores.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

- Ampliação da tecnologia VoIP para o interior.

TEMA 12 – VEÍCULOS

META 12 - Não ultrapassar ao ano a média de gastos com manutenção dos anos de 2017 a 2019 (R\$ 80.000,00).

Ações propostas:

01. Otimizar viagens de serviço com melhor planejamento de forma a reduzir gastos de combustível. (Prazo: 2022)

Ação realizada. A utilização de veículos de forma compartilhada é realizada, quando possível.

Gráficos quilometragem JFMG 2022:



Análise dos resultados de 2022:

Meta 12 – Não Alcançada

A meta de não ultrapassar ao ano a média de gastos com manutenção dos anos de 2017 a 2019 (R\$ 80.000,00), não foi alcançada.

Durante a pandemia interrompeu-se a manutenção na maioria dos veículos. Em 2022 com o retorno gradual do corpo funcional ao trabalho presencial, foi providenciada a manutenção nos veículos. Além disso, recebemos 12 veículos GM/Omega importados e usados, de ano 2007, 2008 e 2009, doados, oriundos de Brasília, que demandaram manutenção com custo elevado.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

- Aumentar o compartilhamento de carros.

TEMA 13 – COMBUSTÍVEL

META 13 - Não ultrapassar ao ano a média de quilometragem dos anos de 2019 e 2020 (160.000 km).

Ações propostas:

01. Priorizar o abastecimento dos veículos com etanol (Prazo Dez/2022).

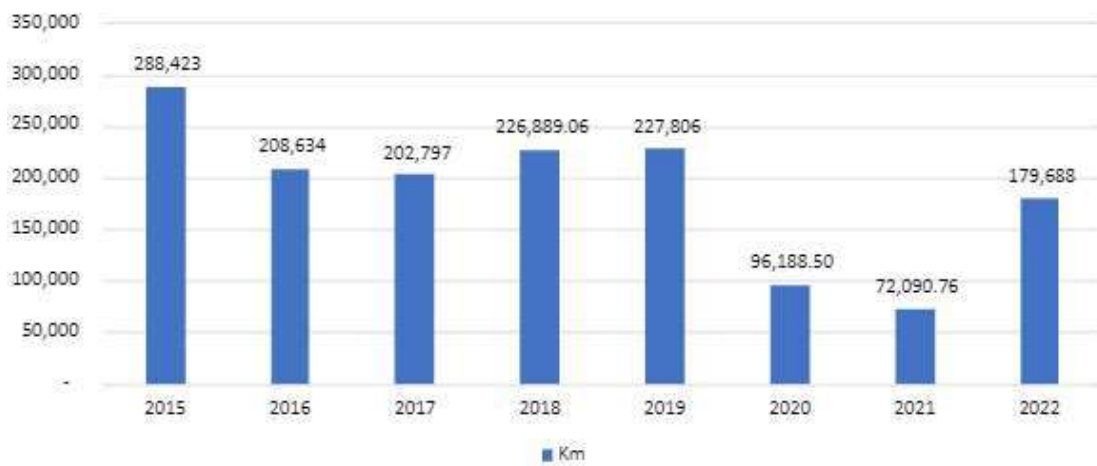
Ação contínua. O abastecimento com álcool é realizado sempre que possível. A partir de 1º de março de 2019, foi determinado pela auditoria que os carros produzidos a partir do ano de 2012 serão abastecidos com etanol, sempre que o preço do litro do etanol custar até 70% do litro da gasolina. Possuímos uma frota de veículos com muitos carros já com elevado ano de fabricação, que comprovadamente não conseguem manter bom rendimento no combustível etanol (álcool), devido principalmente a possuírem fatores tecnológicos já ultrapassados. Também apresentamos outros fatores constatados, como maior desgaste de peças proveniente da utilização do combustível etanol.

Sendo assim, ficou definido que veículos com ano de fabricação inferior a 2012 deveriam manter o abastecimento na gasolina e veículos mais novos, com ano de fabricação a partir de 2012, deveriam privilegiar o abastecimento no etanol sempre que a relação gasolina x etanol estivesse dentro do patamar considerado recomendável, ou seja, o litro de etanol custando no máximo 70% do litro de gasolina. Este modelo adotado será objeto de análise futura para verificação de possíveis ajustes e melhorias.

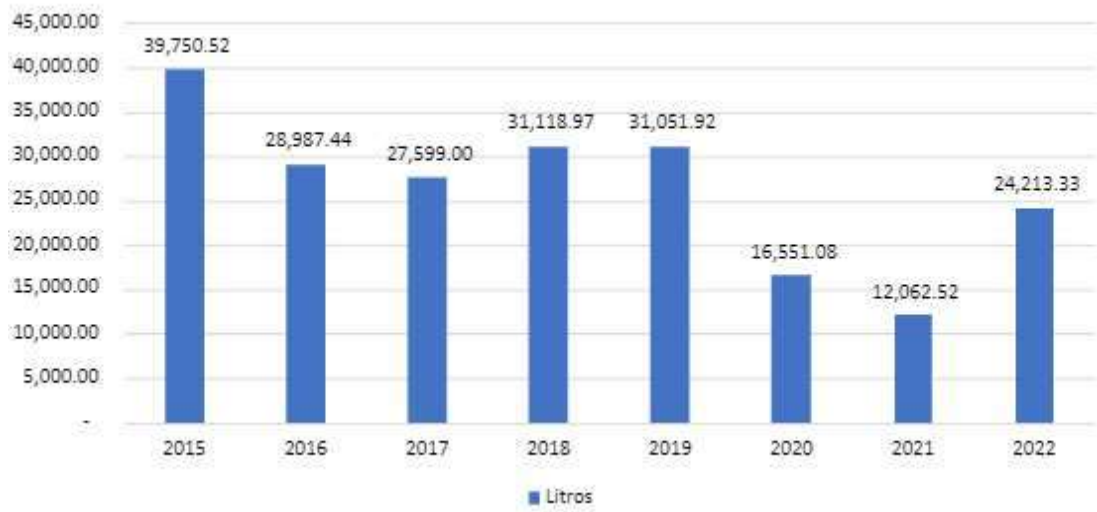
Gráficos Combustível JFMG 2022:

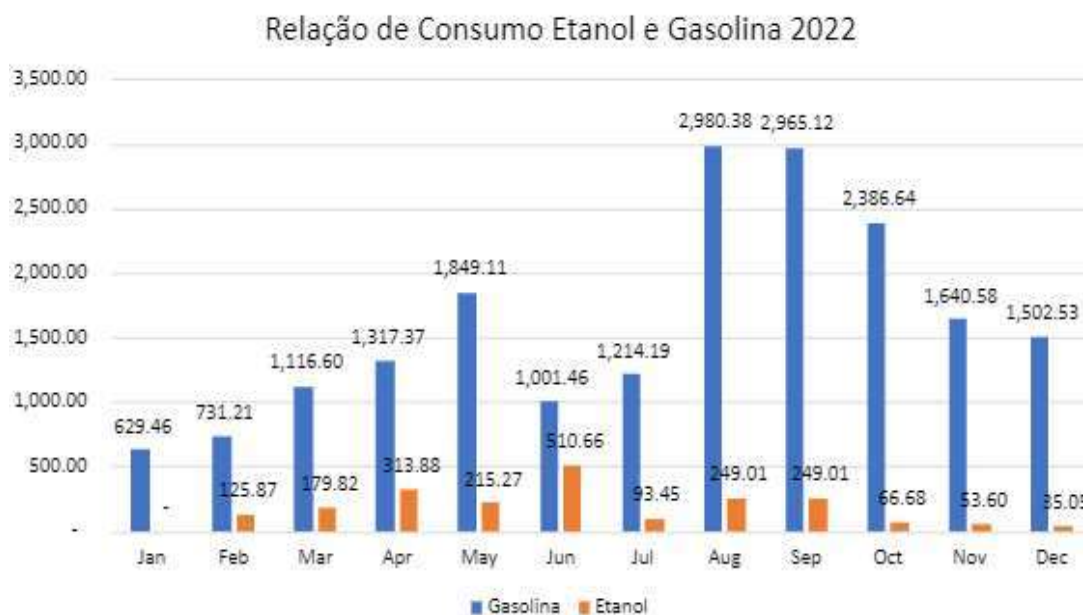
O gráfico abaixo demonstra o resultado alcançado, ficando claramente demonstrado que em 2022 foi utilizado prioritariamente a gasolina e não o álcool.

Kilometragem- Combustível



Consumo de Combustível





Análise dos resultados de 2022:

Não alcançada. A meta de não ultrapassar ao ano a média de quilometragem dos anos de 2019 e 2020 (160.000 km) não foi atingida.

Em 2021 houve uma diminuição no número de viagens, tendo em vista o advento da pandemia Covid-19, com o consequente desenvolvimento do teletrabalho pelos servidores, bem como pela otimização das viagens e utilização dos carros de forma compartilhada.

Em 2022 houve aumento significativo em relação a 2021, considerando o retorno das atividades que estavam paralisadas no período da pandemia.

Cabe ressaltar que a partir de março de 2019 a SJMG privilegia o uso de etanol em detrimento do consumo de gasolina, quando o preço do etanol for até 70% do valor da gasolina, atendendo-se as recomendações ambientais.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente

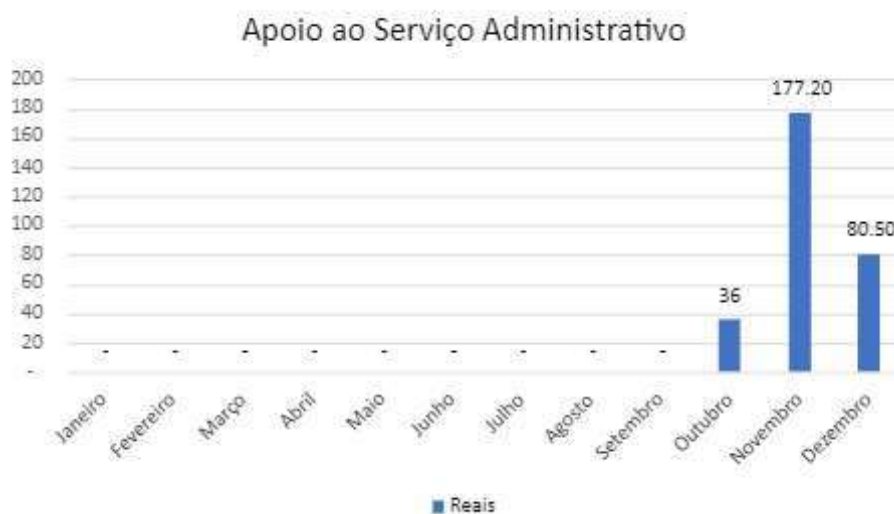
- Manutenção da recomendação de abastecimento com etanol

TEMA 14- APOIO AO SERVIÇO ADMINISTRATIVO- SERVIÇOS GRÁFICOS

META 14- Cumpre destacar que, com o advento da Resolução CNJ n. 400/2021, alguns dados são inéditos. Logo, tais informações também não apresentam série histórica. É o caso dos serviços gráficos. **Será definida meta para o indicador a partir do ano de 2023.**

Definição: São as despesas realizadas com serviços gráficos (exemplos: impressão de adesivos, banners, cartões de visita, crachás, credenciais, convites, calendários, envelopes, fotografias, folders, jornais informativos, panfletos, papéis timbrados, pastas e outros). Deve ser contabilizada também a despesa com mão de obra. Não considerar os gastos advindos dos contratos de outsourcing de reprografia.

Em 2022 foram gastos R\$ 293,70 reais.



TEMA 15 - AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES

META 15- Cumpre destacar que, com o advento da Resolução CNJ n. 400/2021, alguns dados são inéditos. Logo, tais informações também não apresentam série histórica. É o caso das aquisições e contratações. **Será definida meta para o indicador a partir do ano de 2023.**

Definições:

Aquisições e contratações realizadas: Número de contratos celebrados no ano base.

Aquisições e contratações sustentáveis realizadas: Quantidade de contratos celebrados no período-base com inclusão no Termo de Referência ou Projeto Básico - de critério de sustentabilidade.

Em 2022, foram celebrados 186 contratos, dentre os quais, 24 contratos com inclusão no Termo de Referência ou Projeto Básico - de critério de sustentabilidade, demonstrando um percentual de 12,90% de aquisições e contratações sustentáveis sobre a totalidade.

TEMA 16 – QUALIDADE DE VIDA

META 16 - Aumentar a quantidade total de participantes em ações de QVT em 10% ao ano até 31 de dezembro de 2022 (ano referência 2020).

01. Disponibilizar serviços continuados da saúde (Prazo Dez. 2022)

- Serviço continuado de atendimento médico, odontológico e psicológico a servidores e magistrados para prestação de informação, orientação e apoio necessários quanto às situações vivenciadas no âmbito do trabalho, da família e do convívio social, direcionado à saúde e bem-estar do usuário.

Ação realizada. Durante todo o ano é oferecido, de forma continuada, o serviço de atendimento médico a servidores e magistrados, para prestação de informação, orientação e apoio necessários quanto às situações vivenciadas no âmbito do trabalho, da família e do convívio social, direcionado à saúde e bem-estar do usuário.

- Acompanhamento psicológico e administrativo direcionado aos servidores em licenças prolongadas para tratamento da própria saúde, superiores a 120 dias de afastamento no ano, por motivo de transtornos mentais e/ou comportamentais.

Ação realizada

02. Promover ações de qualidade de vida

- Realizar avaliação ergonômica dos postos de trabalho e ambientes laborais.

Ação realizada

- Promover ações de sensibilização do corpo funcional sobre ergonomia no trabalho e teletrabalho.

Ação realizada

- Promover a adaptação do posto de trabalho de servidores e/ou magistrados e/ou força de trabalho auxiliar portadores de necessidades especiais.

Ação realizada

- Identificar, por unidade administrativa ou judiciária, o mobiliário inadequado para futuras destinações e substituições, ou aquisições de novos itens ergonômicos, conforme disponibilidade orçamentária da União.

Ação realizada

- Fomentar a ginástica laboral através do suporte aos servidores que atuam como multiplicadores e às varas/núcleos que não contam com a figura do multiplicador, para auxílio na implantação da prática.

Ação realizada

- Acompanhar, por meio das consultas dos Exames Periódicos de Saúde – EPS, o estado de saúde dos magistrados e servidores. Realizar o monitoramento dos casos de Covid-19 do corpo funcional.

Ação realizada

- Promover ações voltadas à saúde, bem-estar e qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Ação realizada

- Promover incentivo à prática de atividade física e às ações voltadas à alimentação saudável e à saúde mental no Espaço de Bem-Estar Social e Convivência e através de atividades remotas. Promover ações com foco na promoção de saúde e prevenção de doenças, como a campanha de vacinação contra a gripe influenza H1N1, com valores das doses quadrivalentes da vacina inferiores aos praticados no mercado.

Ação realizada

03. Promover ações que favorecem as relações interpessoais saudáveis (Prazo Dez.2022).

- Comemorar o Dia do Servidor Comemorar o Dia da Mulher Comemorar o Dia do Homem

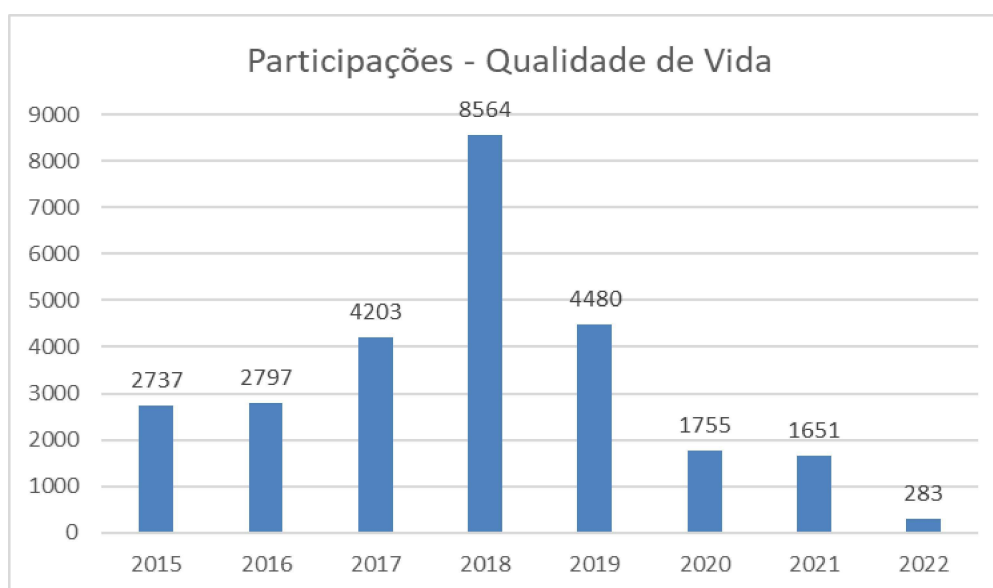
Ações realizadas.

04. Promover ações solidárias (Prazo Dez.2022)

- Dar continuidade às iniciativas do Programa Justiça Solidária – 5 Sentidos e Realizar a Confraternização de Natal dos Colaboradores Terceirizados da JFMG

Ações realizadas.

Gráficos Qualidade de Vida JFMG 2022:



Análise dos resultados de 2022:

Meta 16 – Não Alcançada

A meta de ampliar a quantidade total de participantes em ações de QVT em 10% ao ano até 31 de dezembro de 2022 (ano referência 2020), não foi alcançada.

Devido às restrições impostas pela COVID-19, as participações no Programa Qualidade de Vida diminuíram.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

Manutenção das ações em saúde.

TEMA 17 – CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE

META 17 – Promover ações de capacitação que sensibilizem 30 servidores ao ano até 31 de dezembro de 2022.

Ações propostas:

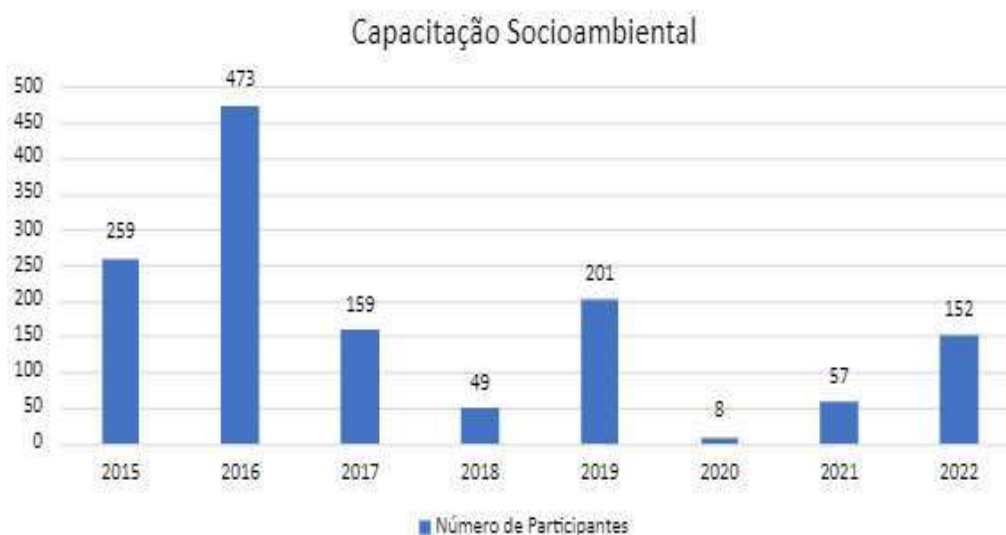
01. Promover ações de capacitação em sustentabilidade (Prazo Dez/2022).

Ação contínua. A sustentabilidade sempre permeou todas as ações de capacitação.

02. Realizar ação educacional sobre contratações e sustentabilidade (Prazo Dez/2022).

Ação não realizada em 2022, considerando o retorno gradual dos servidores ao trabalho presencial.

Gráficos Capacitação Socioambiental JFMG 2022



Análise dos resultados de 2022:

Meta 17 – Alcançada

A meta de promover ações de capacitação que sensibilizem 30 servidores ao ano até 31 de dezembro de 2022 foi alcançada com sucesso. Em 2020 tivemos 8 participações, em 2021 tivemos 57 participantes e em 2022 tivemos 152 participantes.

É necessário o desenvolvimento de novas ações de capacitação com a temática socioambiental no TRF6, principalmente frente a difícil tarefa de mudar a cultura da instituição, pois o tema da sustentabilidade ainda não atinge grande parte do corpo funcional.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente

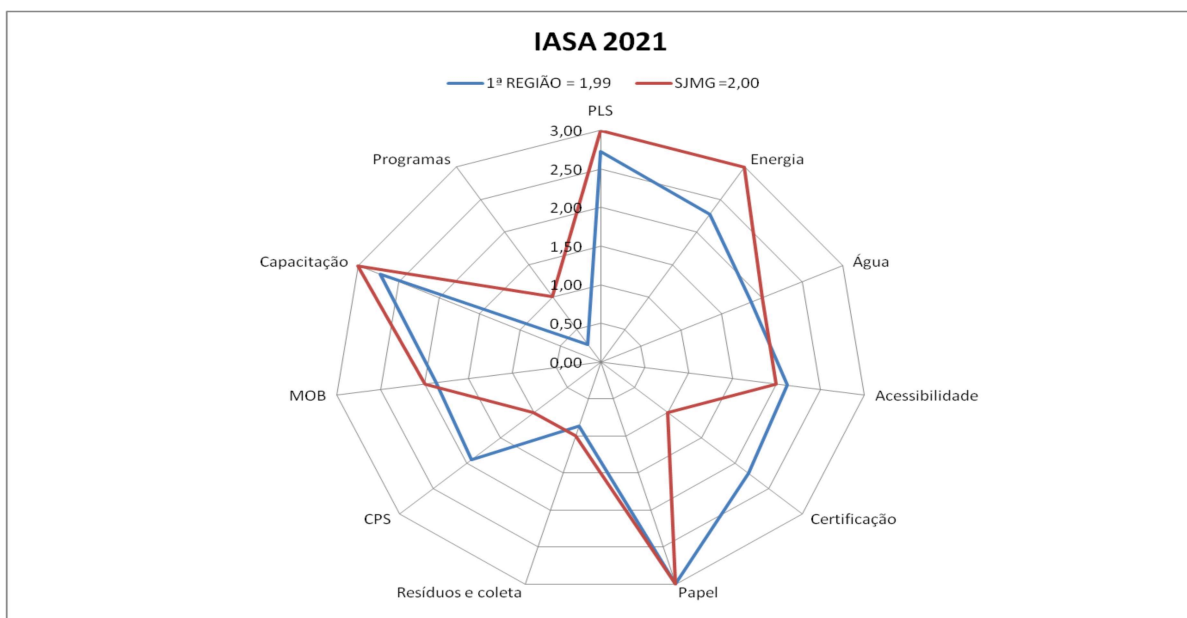
- Seminário de Sustentabilidade.

ÍNDICE DE ACOMPANHAMENTO DA SUSTENTABILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO – IASA

O IASA é um índice desenvolvido pelo TCU para avaliar a gestão da sustentabilidade da Administração Pública Federal, abrangendo 11 temas: 1 – PLS – Elaboração, implementação e monitoramento do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS); 2 – Energia – Racionalização no uso de energia elétrica; 3 – Água – Racionalização no uso de água; 4 – Acessibilidade – Atendimento a requisitos de acessibilidade; 5 – Certificação – Certificação de prédios públicos; 6 – Papel – Racionalização no uso de papel e implementação de processo eletrônico; 7 – Resíduos e coleta – Gestão de resíduos e coleta seletiva; 8 – CPS – Contratações Públicas sustentáveis; 9 – MOB – Mobilidade e gases de efeito estufa; 10 – Capacitação – Conscientização e capacitação; e 11 – Programas – Adesão a programas de sustentabilidade.

Considerando a implantação do TRF6 em 19 de agosto de 2022, os valores obtidos serão referentes à SJMG (janeiro à agosto) e ao TRF6 e suas Subseções Judiciárias (setembro à dezembro).

A título de comparação, seguem abaixo os dados referentes à 2021 e à 2022.

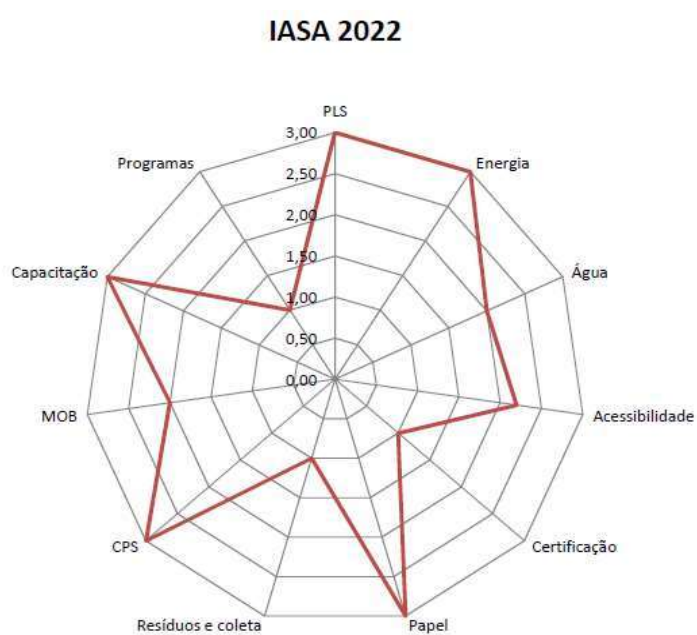


O IASA da Seção Judiciária de Minas Gerais no ano de 2021 está demonstrado abaixo:

	1ª REGIÃO	SJMG
	= 1,99	=2,00

PLS	2,73	3
Energia	2,27	3
Água	1,87	2
Acessibilidade	2,12	2
Certificação	2,20	1
Papel	3,00	3
Resíduos e coleta	0,87	1
CPS	1,93	1
MOB	1,87	2
Capacitação	2,73	3
Programas	0,27	1
IASA TOTAL	1,99	2,00

Seguem os dados referentes ao IASA 2022: SJMG e TRF6



PLS	3
Energia	3
Água	2
Acessibilidade	2,2
Certificação	1
Papel	3
Resíduos e coleta	1
CPS	3
MOB	2
Capacitação	3
Programas	1
IASA TOTAL	2,20

A SJMG reduziu o IASA de 2,09 em 2019 para 1,89 em 2020, tendo aumentado para 2,00 em 2021. O aumento deveu-se principalmente quanto à Energia (de 2 aumentou para 3) e Acessibilidade (de 1,8 aumentou para 2). A SJMG ficou com média superior à do TRF 1ª região, com notas inferiores somente nos tópicos Acessibilidade, Certificação e CPS.

Em 2022, a SJMG/TRF6 aumentaram o IASA de 2,00 para 2,20. O aumento deveu-se principalmente quanto à Acessibilidade (de 2,0 aumentou para 2,20). Embora a nota de Contratações Públicas Sustentáveis (CPS) tenha aumentado, não houve alteração na nota final do IASA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme relatório apresentado em 2022, e a partir das análises realizadas, verifica-se que o desempenho da Justiça Federal de Minas Gerais/TRF6 é bastante promissor. É possível afirmar que a JFMG/TRF6 está pautando sua gestão em critérios socioeconômicos e ambientais, e no princípio da economicidade.

➤ **Meta 2- Copos descartáveis**

A meta era manter o consumo de 2020 em 2022, porém não foi alcançada, tendo ocorrido um aumento de 301 centos de copos, tendo em vista as perícias médicas e mutirões nas Subseções Judiciárias. Dentre as Subseções com maior consumo de copos, podemos citar: São João Del Rei, Lavras e Teófilo Otoni. A justificativa foi o número expressivo de perícias e mutirões.

➤ **Meta 8- Reformas**

Houve um aumento em 2022, considerando reformas e mudanças de layout para a implantação do TRF6.

➤ **Meta 12- Veículos**

A meta de não ultrapassar ao ano a média de gastos com manutenção dos anos de 2017 a 2019 (R\$ 80.000,00), não foi alcançada.

Durante a pandemia interrompeu-se a manutenção na maioria dos veículos. Em 2022 com o retorno gradual do corpo funcional ao trabalho presencial, foi providenciada a manutenção nos veículos. Além disso, recebemos 12 veículos GM/Omega importados e usados, de ano 2007,2008 e2009, doados, oriundos de Brasília, que demandaram manutenção com custo elevado.

➤ **Meta 13- Combustíveis**

A meta de não ultrapassar ao ano a média de quilometragem dos anos de 2019 e 2020 (160.000 km) não foi alcançada. Em 2021 houve uma diminuição no número de viagens, tendo em vista o advento da pandemia Covid-19, com o consequente desenvolvimento do teletrabalho pelos servidores, bem como pela otimização das viagens e utilização dos carros de forma compartilhada.

Em 2022 houve aumento significativo em relação a 2021, considerando o retorno das atividades que estavam paralisadas no período da pandemia.

➤ **Meta 16- Qualidade de vida no Ambiente de Trabalho**

A meta de ampliar a quantidade total de participantes em ações de QVT em 10% ao ano até 31 de dezembro de 2022 (ano referência 2020), não foi alcançada, faltando apenas 360 participações para alcance da meta.

Devido às restrições impostas pela COVID-19, as participações no Programa Qualidade de Vida diminuíram. No entanto, faltou muito pouco para alcance da meta, importante ressaltar que as participações ocorreram pelo Teams.

Cumprir observar que as metas não foram atingidas considerando que houve um número expressivo de perícias e mutirões nas Subseções Judiciárias, elevando o gasto com os copos descartáveis; com o retorno gradual dos servidores ao trabalho presencial os custos com água e esgoto ficaram elevados em relação a 2020 e 2021; os gastos com reformas visando adequação do layout ao TRF6 aumentaram bastante; a manutenção dos veículos teve um considerável aumento, considerando que em 2020 e 2021 não foram feitas muitas manutenções dos veículos; o gasto com combustível teve um aumento, considerando o retorno gradual ao trabalho presencial, e, por último, durante boa parte do ano de 2022 as participações de QVT não foram suficientes para cumprir a meta.

Considerando a recente implantação do TRF6, em agosto de 2022, o PLS 2020/2022 não foi reavaliado e adequado à nova realidade. Durante o ano de 2023 será instituída uma nova Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável para adequação das referidas metas.

O cumprimento de 100% do Plano de Logística Sustentável é meta do Planejamento Estratégico desde 2018. A Justiça Federal de Minas Gerais cumpriu 80% do PLS em 2020, 80% em 2021 e a SJMG/TRF6 cumpriram 60% em 2022.

As restrições orçamentárias do ano de 2022, bem como o teletrabalho permitiram a economia de vários itens previstos na Resolução 400/2021 do Conselho Nacional de Justiça, no entanto, não foi possível a realização de algumas ações que dependiam de verba e de servidores presencialmente trabalhando para sua execução.

O PLS é ferramenta de planejamento que permite estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos na administração pública, permitindo uma

administração pública cada vez mais eficiente, trabalhando com foco na gestão de custos e racionalização de recursos materiais e naturais.

Com a implantação das ações propostas no PLS espera-se contribuir para uma mudança de cultura na Justiça Federal, pautada pela gestão de custos, consumo consciente, gestão adequada dos resíduos, combate ao desperdício e respeito ao meio ambiente.